



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA ÀS  
DROGAS**

**MARIA EUGÊNIA LEONARDO DA SILVA**

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

## **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA ÀS DROGAS**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**MARIA EUGÊNIA LEONARDO DA SILVA**

**Orientadora: Profa. Suzy dos Santos**

**Coorientadora: Profa. Luanda Schramm**

Rio de Janeiro

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Maria Eugênia Leonardo

A representação da mulher na guerra às drogas. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Suzy dos Santos

Coorientadora: Luanda Schramm

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A representação da mulher na guerra às drogas**, elaborada por Maria Eugênia Leonardo da Silva.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Suzy dos Santos

Pós-doutorado em Comunicação na Universidade Federal da Bahia

Departamento de Comunicação – UFRJ

Coorientadora: Profa. Luanda Dias Schramm

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Maria Helena Rego Junqueira

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Leila Salim Leal

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Departamento de Comunicação – UFRN

Rio de Janeiro

2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós Amélia, Clézio, Nazareth e Pedro por serem fontes de um incentivo forte e estável, aos meus pais Jaqueline e Leônidas pelo carinho e pela força transmitida mesmo em contextos complicados. A Giuliano pelo bonito exercício de cuidado, construção, paciência e motivação, além das longas chamadas e admirações. À Mariana, ao Daniel e a toda a minha família pelos bons momentos compartilhados, desejos e acompanhamento.

Aos meus amigos pelo apoio constante e companhia preciosa, em especial à Marina Luiza por carregar uma bagagem enorme de memórias, forças e resguardo; ao Pedro Felipe, por me ensinar a beleza do caos e pela presença vital a minha sobrevivência; à Samantha e ao Caio, pelas risadas e votos de confiança; às amigadas que começaram na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Carolina, Marina, Júlia, Allan e Lara) e me acompanham, compartilham, incentivam e fortalecem com muito afeto; à Cibele por ser um exemplo do qual me orgulho, e ótimo ombro-amigo; ao Igor e à Beatriz que apareceram quando não esperei e compartilharam, renovaram e reforçaram um tanto.

As minhas orientadoras, por serem inspirações sem as quais a realização deste trabalho não seria possível. À Leila Salim Leal e Maria Helena Junqueira, por terem aceitado meu convite e terem contribuído significativamente em minha formação.

Ao Natan pelos olhos atentos, as revisões bem-humoradas e a gentileza de ler o trabalho – incansáveis vezes.

A todos pelo amor, por escutarem as lamúrias, por acreditarem em mim, por compreenderem as ausências.

À resistência da educação pública e de todas as pessoas que fazem com que ela seja possível, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por me fornecer esperança, trocas de conhecimento, formação humanitária, crítica e despertar uma motivação desconhecida.

SILVA, Maria Eugênia Leonardo. **A representação da mulher na guerra às drogas**.  
Orientadora: Suzy dos Santos. Coorientadora: Luanda Schramm. Monografia  
(Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

## RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre apagamentos históricos relacionados a condições vivenciadas por mulheres. São refletidas algumas medidas adotadas por parte do governo como as consequências da militarização do Estado e do encarceramento feminino, além do racismo estrutural, opressão de mulheres residentes em espaços escolhidos como campos de combate, suas mortes ou de seus familiares e seus relacionamentos. Outro importante apagamento tratado são as narrativas adotadas por meios de comunicação de massa sobre as drogas, que tendem tratar a questão apenas sob ponto de vista médico ou penal. A principal metodologia adotada na pesquisa é a pesquisa bibliográfica, combinada à discussão das técnicas adotadas no campo da comunicação, apontando insuficiências nas abordagens tradicionais.

**Palavras-chave:** mulher; mídia; guerra às drogas; apagamento.

## **SUMÁRIO**

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E O FEMININO: DA CURA AO PROIBICIONISMO**

2.1 A magia curativa e os saberes ancestrais

2.2 Desistoricização, mito e a figura da bruxa

2.3 Desencantamento do mundo e o nascimento da medicina moderna

2.4 Criminalização

### **3. A GUERRA ÀS DROGAS**

3.1 Breve panorama histórico

3.2 Mídia, entretenimento e cultivo do punitivismo

3.3 O lugar da feminilidade nos discursos de autoridade

### **4. A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA MULHER**

4.1 Estereótipos

4.2 O enquadramento e a associação com preconceitos de cor, classe e misoginia

4.2.1 Traficantes

4.2.2 Usuárias

4.2.3 Mães

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## 1. INTRODUÇÃO

A proibição de determinadas substâncias psicoativas tem marcado historicamente o cenário mundial de maneira contundente e, com o agravante da chamada guerra às drogas – estabelecida conceitualmente em 1971 pelo então presidente norte-americano Richard Nixon – a militarização passou a ser oficialmente a forma escolhida pelos governos para lidar com a questão. Atualmente, a violência urbana tem o tráfico como um de seus principais componentes, o que demonstra a necessidade de estudos sobre o assunto nas mais diversas áreas.

Em várias das teorias da comunicação, a mídia aparece como uma peça importante seja na definição da pauta das conversações cotidianas (teoria da agenda), no processo de formação de opinião pública (espiral do silêncio) e na construção de concepções de realidade (teoria do cultivo). É de suma importância que haja pesquisas sobre a relação que a comunicação estabelece com o assunto, já que existe um cenário que marginaliza mulheres e permite ou incentiva que a elas seja negado o direito à liberdade, à saúde mental e física, além do convívio ou o contato familiar.

A importância da pesquisa também se justifica por colocar em discussão a visão hegemônica vigente a respeito das drogas, considerando a maneira com que as autoridades públicas, os órgãos do Estado e a sociedade civil têm encarado este objeto, e as mudanças históricas e socioculturais que podem ter originado a conjuntura como ela se apresenta recentemente.

O presente trabalho nasce da preocupação com alguns apagamentos históricos. O primeiro deles diz respeito às demandas de muitas mulheres, sobretudo em ambientes marcados pela predominância masculina. A pesquisa propõe uma reflexão articulada sobre as consequências da proibição como estratégia do Estado, como a opressão das mulheres residentes e envolvidas nos espaços escolhidos como campos de combate, o encarceramento em massa destas mulheres ou de seus familiares, os papéis por elas desempenhados no transporte de substâncias ilícitas, seus relacionamentos e implicações. As perspectivas de raça e classe são consideradas fundamentais para os entendimentos propostos e para a observação de dissonâncias nas interpretações.

Outro importante apagamento que justifica a escolha do tema é sobre as narrativas usualmente adotadas pelos meios de comunicação de massa sobre as drogas. Nas escolhas governamentais endossadas pela mídia hegemônica que optaram por relacionar a questão à



saúde pública e à área jurídica, a negação e no afastamento das questões políticas e econômicas envolvidas no contexto podem ter funcionado como uma cortina de fumaça de interesses.

As considerações aqui presentes têm o propósito de problematizar as formas típicas (ou estereotipadas) de representação a fim de entender a visão que o senso comum mantém sobre as mulheres que têm as vidas diretamente afetadas pela guerra às drogas. Para ilustrar, alguns casos são utilizados como exemplos pontuais sobre como elas, geralmente, aparecem nas notícias e na teledramaturgia, considerando os papéis desempenhados ou determinados a elas dentro das narrativas principais, para perceber como os estereótipos geralmente associados à feminilidade estabelecem relações com a materialidade das pessoas associadas ou diretamente envolvidas com o uso ou a comercialização das drogas. Pretendendo impulsionar entendimentos sobre uma parcela existente e comumente ignorada da população, é importante atentar aos cruzamentos e interseccionalidades que permeiam o tema.

Para abordar assuntos que tangenciam temas complexos como representações, guerra às drogas e gênero, que estenderam suas interferências em um longo prazo, nos mais diversos âmbitos, não há a pretensão de abordar somente um exemplo específico, como em um estudo de caso. É importante ressaltar que o trabalho não visa abarcar a totalidade de significados e questões que os conceitos mídia, gênero e droga assumem em diferentes configurações. A intenção é de focar as análises em representações chaves mais frequentes ou simbólicas, a fim de traçar um arco histórico da discussão.

A principal metodologia adotada neste trabalho, de caráter ensaístico, é pesquisa bibliográfica. A revisão de literatura aqui empreendida tem o objetivo de revisitar algumas teorias clássicas da comunicação, que propunham avaliar os efeitos dos meios de massa por meio da análise do conteúdo das mensagens e do perfil sócio-demográfico das audiências. Nas análises do conteúdo, se destaca o conceito de enquadramento, desdobramento da teoria da agenda para lidar com tentativas de controlar ou pré-ferir o sentido das mensagens, no interior de uma moldura plena de sentidos. Entretanto, esse tipo de análise lida apenas com o conteúdo que é manifesto.

A análise textual, por outro lado, pretende atingir as diferentes camadas de sentido presentes nas mensagens e representações midiáticas. As diferentes ferramentas do discurso visam atentar para as possibilidades de inferências na produção de sentido no conteúdo não manifesto, e, de um modo geral, buscam desvelar os sentidos ocultos do texto, escondidos

no sentido manifesto. Nos limites deste trabalho, a metodologia de análise textual fornecida pela lingüística pragmática, ou funcional, é de grande relevância na análise das representações pontuais da mulher na “guerra às drogas”. Visto que permite analisar a maneira como a disposição dos elementos numa frase sugere inferências específicas, por meio do exame das estratégias de topicalização e categorização.

Partindo de uma interpretação de relações históricas estabelecidas pelas mulheres com o trabalho e com substâncias psicoativas, o primeiro capítulo, explora os interesses econômicos e sociais que podem ter contribuído para mudanças culturais que inverteram ou modificaram valores tradicionais. Os desenvolvimentos procuram responder à pergunta “a quem favorece a subjugação de mulheres?”.

O segundo capítulo traça um breve panorama da estrutura da guerra às drogas juntamente a apresentação de alguns dados. A influência, na materialidade cotidiana, dos informativos audiovisuais veiculados pela televisão que nos fornecem uma imagem sobre a realidade social, sobretudo das experiências a que não temos possibilidade de acesso direto, pode ser melhor compreendida por meio das ferramentas conceituais da chamada Teoria do Cultivo, que trata de como os meios de massa, sobretudo a televisão, têm o efeito de cultivar nossas concepções de realidade.

Tal teoria da comunicação, embora seja metodologicamente questionável, é de grande importância para o entendimento dos efeitos cognitivos de longo prazo causados pela exposição frequente à programação televisual. O formato adotado pelos programas policiais receberá destaque na reflexão, diante da cultura punitivista fomentada por esse gênero de narrativa jornalística e televisual, tema desenvolvido pelo terceiro capítulo.

O quarto capítulo parte de uma exploração do conceito de estereótipos e da perspectiva do enquadramento, com a finalidade de ponderar as maneiras com que se constituem as representações, no imaginário social, sobre as figuras femininas que aparecem de maneira recorrente na narrativa midiática da guerra às drogas. Pensadas as concepções usuais, exemplos empíricos de diferentes representações da mulher na mídia de massa são expostos e trabalhados com viés crítico coerente com os raciocínios construídos ao longo do trabalho.

O principal objetivo desta investigação é denunciar e estimular a crítica aos atuais modelos de representação que contribuem para invisibilizar e desumanizar certas vivências em detrimento de outras. É propósito desta elaboração incentivar discussões e reflexões que considerem a existência de mulheres que sofrem as consequências da escolha estatal pela

guerra às drogas, sobretudo de mulheres negras e periféricas, chamando atenção também para o caso específico de mulheres transgênero.

## **2. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E O FEMININO: DA CURA AO PROIBICIONISMO**

A noção atual de droga enquanto “toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste” surge apenas em 1993 com a Organização Mundial da Saúde. Este trabalho não pretende lançar paralelos sobre os usos contemporâneos das substâncias e desconsiderar as relações contextuais. O objetivo é, aplicando perspectivas de gênero, raça e classe na observação, pontuar e refletir os diferentes entendimentos coletivos sobre as diferentes práticas e relações estabelecidas confrontando a narrativa midiática da guerra às drogas com a realidade brasileira e o contexto da massificação da população carcerária feminina.

Este capítulo, de base teórica, propõe uma breve reconstrução histórica dos usos sociais de substâncias psicoativas por mulheres, a fim de mostrar as mudanças na percepção pública sobre as relações estabelecidas com essas substâncias. Com a intenção de ilustrar diferentes modos de convivência e contatos, alguns exemplos de figuras femininas notáveis são pinçados em diferentes contextos geográficos e temporais.

### **2.1 A magia curativa e os saberes ancestrais**

Alguns movimentos históricos podem ser apontados no processo que fez com que a sociedade passasse a interpretar determinados elementos, que costumavam estar presentes na promoção do bem-estar de alguns grupos, como o inimigo número um da saúde e um problema central na questão da violência urbana contemporânea. O propósito é traçar reflexões sobre a construção de alguns modelos chave para tentar compreender algumas das narrativas que vigoram.

Ainda antes da Idade Média, há registros de mulheres comuns e até mesmo deusas que estabeleciam ligações com algumas plantas, exploravam seus potenciais e eram reverenciadas como curandeiras - representação social que foi posteriormente deslocada de um lugar de conhecimento para a demonização. A autora e ativista Nola Evangelista (2016) realizou um apanhado histórico com divindades e personalidades femininas importantes que provavelmente estiveram relacionadas à cannabis, a erva de consumo ilícito popularmente conhecida como maconha. Um dos principais exemplos do trabalho de Evangelista é a deusa suméria Ishtar, a mais célebre das deusas no panteão mesopotâmico, que, segundo a

especialista nos povos assírios Erica Reiner, utilizava uma planta em suas tradições aromáticas que a maior parte dos indícios aponta ser a maconha (EVANGELISTA, 2016).

No âmbito religioso, há a crença hindu de que Parvati, a mãe do deus Ganesha e esposa de Shiva, tenha trazido maconha de seu jardim para o marido e salvado o casamento. Outra versão popular diz que a planta é fruto da saliva que escorreu de Shiva após uma refeição preparada por Parvati. A ligação do panteão hindu com a erva é forte ainda nos dias de hoje, já que seus devotos costumam preparar uma bebida a tendo como base e adição de leite chamada *bhang* em épocas de festivais e cultos.

Uma citação pontual de Evangelista (2016) é a compositora e filósofa Hildegard de Bingen, do século XII, que detinha muito prestígio social e cultivou a marijuana no quintal de sua casa. Por ser cristã, correspondia-se com o Papa e com outros grandes líderes. A importância de sua personalidade se firmou com a escrita de dois livros sobre plantas medicinais.

Histórias também permeiam o imaginário popular de muitas sociedades. Segundo Barreto (2012), as mitologias que contam sobre o “surgimento” da coca – a planta com propriedades analgésicas nativa da Bolívia e do Peru, que é matéria-prima para a cocaína – têm uma mulher como protagonista. Por meio da pesquisa de García (apud BARRETO, 2012, p. 630) o autor desenvolve o mito do nascimento da coca:

[...] segundo a tradição, existia uma jovem índia, muito bonita, que vivia na aldeia de Collasuyu. Coca era vaidosa e egoísta, seduzia os homens, enganando-os com seus atrativos físicos, rejeitando-os depois. As queixas pelos enganos de Coca chegaram ao imperador inca, que escutou com tristeza a decisão dos sacerdotes de sacrificá-la. Coca, então, foi morta em uma cerimônia solene, e os pedaços de seu corpo foram enterrados nos quatro cantos do Império. Não demorou muito e observaram que, em cada um desses lugares, crescia um arbusto com formosas folhas verdes, chamado, posteriormente, de Mama Coca, em recordação da mulher sacrificada. (BARRETO, 2012, p. 630)

O livro *Leyendas de Bolivia*, do autor Antonio Paredes Candia (1975), traz uma versão maior da história que nos permite compreender que a existência de questões que circundam a feminilidade se faz presente na história da indígena Coca. A busca pelo controle de seu corpo faz com que ela seja punida com a própria vida por recusar ter relações sexuais com homens que se aproximavam. Os orientadores do rei, inclusive pedem que o corpo da mulher seja esquartejado e enterrado, informando que a planta que brotará será uma paliativa para os infortúnios da população andina (CANDIA, 1975).

O ópio também tem sua ligação com divindades mulheres. A revista *Superinteressante*<sup>1</sup> contou em uma reportagem que o suco leitoso retirado da papoula branca, consumido há cerca de 5 mil anos no sudoeste da Ásia, no Mediterrâneo e no Oriente Médio, esteve presente na mitologia grega. A lenda da deusa Demeter conta que, após ter sua filha Perséfone raptada, ela passou a procurá-la incansavelmente. Ao encontrar sementes de papoula e comê-las, a deusa encontrou conforto, e sentiu diminuir a dor de sua perda. Sua imagem, então, foi diretamente relacionada à planta, assim como seus rituais de veneração incluíam o uso da droga.

No livro *Maconha, cérebro e saúde*, é relatada a ligação das mulheres com a cannabis fortalecida pelo alívio das cólicas menstruais. Há especulações muito antigas e informações que datam das primeiras décadas do século XX:

remédios à base de maconha estavam sendo produzidos pelos mais importantes laboratórios farmacêuticos sendo recomendados pelos médicos para os mais variados problemas, incluindo: enxaqueca, dor de dente, cólicas menstruais, hemorragias menstrual e pós-parto, risco de aborto, (...) frigidez feminina e impotência sexual. (RIBEIRO & MALCHER-LOPES, 2007, p. 33)

Seja como ferramenta de conexões transcendentais, alívio de dores físicas ou emocionais, perfumaria, curiosidade, estudo ou até mesmo ajuda com a libido, a lista de relações traçadas ou transmitidas em sabedoria popular sobre mulheres e substâncias psicoativas não está nem perto de ser esgotada. Os casos acima foram citados para ilustrar os diversos espaços ocupados pelas, atualmente, drogas nas vidas femininas e nas sociedades.

## 2.2 Desistoricização, mito e a figura da bruxa

Como consequência da temporalidade, das mudanças e radicalizações de pensamento, muito do conhecimento produzido em épocas anteriores ou contemporâneas à Idade Média pode ter se perdido. Boa parte supõe-se destruída, outra são aproximações feitas por historiadores e cientistas. Em relação ao período que compreendeu o fenômeno da caça às bruxas, há um agravante apontado por Federici (2017); a autora o classifica como um dos acontecimentos menos estudados na história da Europa – ou até mesmo na história mundial. Ela acusa misoginia em grande parte dos historiadores, já que alguns ignoraram os

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-de-viagem/>. Acesso em 19 de maio de 2019.

assassinatos daquelas mulheres, enquanto outros banalizaram ou até mesmo as culpabilizaram pelo genocídio.

Federici (2017) entende como fundamentalmente significativa que os enforcamentos, torturas e fogueiras direcionados a uma parcela das mulheres tenham acontecido no mesmo contexto dos processos de colonização. O argumento é de que a caça às bruxas foi parte integrante e imprescindível da acumulação primitiva e da proposição de uma divisão social do trabalho. São apresentadas, em seu livro, outras grandes movimentações paralelas que integraram o mesmo contexto de composição do sistema capitalista, como o extermínio das populações do chamado Novo Mundo, as políticas dos cercamentos ingleses, o começo do tráfico de escravos e as Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos.

Por que, então, ignorar o período em que mulheres foram brutalmente perseguidas e assassinadas, ou interpretar estes momentos como pertencentes a um folclore e dificultar a compreensão de como esta parte significativa se insere em um todo? Quando a construção do sentido ou do significado de um determinado acontecimento histórico apaga suas perspectivas passadas, pode-se afirmar que as interpretações consequentes passam a ser fruto de uma desistoricização, isto é, descontextualizadas.

Marx (apud KONDER, 2002) utiliza o conceito de ideologia – em diferentes acepções – em sua obra justamente para ilustrar a incapacidade de associar uma ideia com seu uso histórico ou com sua aplicação prática, provocando distorções interessantes à classe dominante que são incorporadas pela classe dominada. Essas deturpações, portanto, crenças falsas e ilusórias, são possíveis de serem impostas devido à fragmentação dos homens e de suas percepções. O enfraquecimento da visão de que os indivíduos pertencem a uma comunidade interdependente favorece a instauração de uma lógica individualista que abre caminhos para a desumanização de terceiros.

A caça às bruxas dialoga com o conceito marxiano de ideologia quando a interpretamos não como algo que tenha acontecido de maneira fluida na sociedade, mas como um processo instigado e fabricado; interessante para determinada parcela social. Christina Lerner (apud FEDERICI, 2017, p. 298) negou que a perseguição tenha se constituído como “um movimento vindo de baixo, ao qual as classes governantes e administrativas estavam obrigadas a responder”. A historiadora expôs que a situação exigiu intensa organização e não teria acontecido sem a administração de poderes oficiais. Ela desenvolve que “teve lugar um firme doutrinamento, no qual as autoridades expressaram publicamente sua preocupação com a propagação das bruxas e viajaram de aldeia em aldeia para ensinar as pessoas a

reconhecê-las” (LARNER apud FEDERICI, 2017, p. 298), comprovando um verdadeiro trabalho de construção minuciosa das figuras dignas de temor.

O autor francês Roland Barthes (2001) trabalha com o conceito de mito, que também pode basear um entendimento sobre o apagamento de algumas partes das narrativas. O mito, para ele, constitui-se enquanto uma forma de linguagem, uma estrutura linguística que se apoia naquilo que já está dito em outras formas de expressão. Para ele, o roubo de elementos desta outra linguagem faz uma espécie de caricatura da mensagem que altera e despolitiza o sentido, tratando como se essa reconstrução, artificial, da mensagem fosse a expressão universal e eterna de uma essência — geralmente sem história e sem dependências e conexões com o contexto histórico. O mito transforma uma história em natureza.

O vigorante senso comum não reflete sobre as drogas já terem estado ligadas a mulheres cultuadas, em posição de destaque social, ou ainda sobre elas terem sido protagonistas de cerimônias e contatos religiosos. Tampouco lembra que determinadas substâncias, hoje proibidas por lei, estiveram presentes em muitos processos de cura medicinal ou foram matérias primas para a fabricação de vestimentas e equipamentos.

Mas este senso comum não possui uma aura descolada dos contextos históricos. Segundo Marx (apud KONDER, 2002), a ideologia se vincula ao conceito de alienação ao fabricar construções teóricas distorcidas. Traçando um paralelo com a definição de Estado, em uma das principais críticas feitas por ele a Hegel: o estranhamento dos homens divididos e confusos faz com que eles não se reconheçam nas próprias criações e construções ideológicas – o que facilmente pode fornecer um ar de corpo independente a alguns conceitos, suavizar contradições possíveis e demarcar certos entendimentos como universais e inquestionáveis. A ideologia, então, expressa a consciência de um ser humano que alienou-se de si.

Para o filósofo alemão (apud KONDER, 2002), as ideias presentes no imaginário popular são as ideias da classe dominante, justamente por ela, enquanto detentora dos meios de produção – que são o poder material –, possuir também o poder espiritual. Utilizar este raciocínio permite uma compreensão política sobre como o conjunto de juízos e valores sociais se relacionam com a sociedade em que elas estão inseridas. Para que a ideologia se estabeleça, são necessárias algumas etapas de distorções como a inversão de valores, a naturalização, a divulgação de modos particulares como universais e, uma das questões centrais deste trabalho: o ocultamento.



Ocultar ou apagar narrativas é estratégico para a homogeneização de discursos midiáticos e, principalmente, para controle social. Analisando rapidamente a realidade brasileira, é possível exemplificar, por meio da verificação das concessões de radiodifusão, que a concentração do poder de fala reside nas mãos da classe política desde a Reforma Partidária:

Os novos partidos começavam a ser articulados: a ARENA transformou-se em PDS e o MDB dividiu-se em PMDB, PP, PT, PDT e PTB. Também neste ano, foram liberadas as eleições diretas para governos estaduais. Durante todo o período militar os critérios de defesa e manutenção do regime tinham sido impressos nos mais variados aspectos da vida política nacional. A concentração partidária, através dos governadores, senadores e prefeitos 'biônicos' e da maioria do Congresso com representantes da Arena, deu o tom da distribuição das outorgas de radiodifusão para as elites políticas. Na reportagem do Jornal do Brasil supracitada, 81,73% das estações de rádio e televisão mencionadas eram controladas por afiliados do PDS. (DOS SANTOS, 2006, p. 2)

Quem legisla e concorre a cargos públicos também possui as licenças para o controle dos meios de comunicação parece incoerente com o ideal ético de democracia. Outorgas concedidas em troca de favores políticos, representações midiáticas que favorecem os interesses dos detentores e concessões sendo passadas hereditariamente são exemplos das consequências do sistema sem a redemocratização da mídia.

Os raciocínios adotados sobre a influência das representações demonstram ser necessário, então, situar que eventos históricos de grandes proporções como a caça às bruxas podem servir a interesses de uma classe dominante. Respeitando ligações contextuais, Federici (2017) reconhece que:

[...] o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (FEDERICI, 2017, p. 294)

Os fenômenos associados não participaram de uma nova configuração capitalista por acaso, Federici (2017) aponta o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a

construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens e a mecanização do corpo proletário, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores como pilares para o estabelecimento do sistema.

Juntamente à figura da bruxa, também se estabeleceu uma desvalorização da sabedoria popular e ancestral feminina e do enaltecimento de profissões comumente aclamadas. As mulheres que foram mortas na Europa feudal, principalmente na França, enfrentavam alegações subjetivas e tinham seus ofícios ou hábitos associados ao “crime máximo contra Deus, contra a Natureza e contra o Estado” (MONTER apud FEDERICI, 2017, p. 296). Alguns valores se modificaram não gradativamente, mas passando por uma radicalização.

A obra *Malleus Maleficarum*, um dos manuais de combate à heresia, foi direcionado especialmente às feiticeiras. Considerado uma das mais violentas narrativas<sup>2</sup>, o livro de Heinrich Kraemer e James Sprenger ensinava práticas de tortura e assassinato. Para esses autores (apud PEREIRA, 2011), a natureza da mulher era abominável e estaria diretamente relacionada ao pecado original; por esta razão, o tratamento dado a homens compreendidos como feiticeiros não era o mesmo:

[...] convém referir-se a tal heresia culposa como a heresia das bruxas e não a dos magos, dado ser maior o contingente de mulheres que se entregam a essa prática. E abençoado seja o Altíssimo, que até agora tem preservado o sexo masculino de crime tão hediondo: como Ele veio ao mundo e sofreu por nós, deu-nos, a nós homens, esse privilégio. (Kramer e Sprenger apud PEREIRA, 2011, p. 2)

A crença alimentada pela fé cristã apontava – não pela primeira vez em sua história – mulheres falhando ao serviço de Deus. “As mulheres, biblicamente, desde o início, tão marcadas por simbologias com o pecado cometido por Eva, conheceram, a partir da criação deste manual, que o poder da fé pode ser muito cruel quando esta se vê ameaçada” (RODRIGUES, 2007). Nem mesmo Joana D’Arc, figura de prestígio por seu desempenho durante a Guerra dos Cem Anos e fervorosa cristã, salvou-se da perseguição.

Federici (2017) nos lembra que a figura das bruxas, historicamente, correspondia a mulheres comuns que tinham o ofício de parteiras, médicas, adivinhas ou mesmo feiticeiras dos vilarejos. A autora transcorreu sobre as consequências da caça às bruxas e sobre alguns

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://medium.com/@fernandaleiite/ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas-uma-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-pela-hist%C3%B3ria-da-medicina-b22c80406c7d> Acesso em 27 de novembro de 2018.

interesses envolvidos na questão da constituição inicial da medicina enquanto campo de conhecimento e atuação:

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração — uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranho para as “classes baixas” (Ehrenreich e English, 1973, Starhawk, 1997). A substituição da bruxa e da curandeira popular pelo doutor levanta a questão sobre o papel que o surgimento da ciência moderna e da visão científica do mundo tiveram na ascensão e queda da caça às bruxas. (FEDERICI, 2017, p. 364)

O extremo menosprezo aos conhecimentos tradicionais das mulheres ganhou terreno nas convicções populares principalmente pelo aparelhamento da Igreja, muito ligada ao governo, comprometido em exterminar das formas mais humilhantes muitas parteiras e curandeiras. O sistema se comprometeu a subordinar as mulheres a desempenhar trabalhos assalariados como obrigação e a reservar a elas a função de geradoras de vida, confinando-as no lar e excluindo-as das dinâmicas de trabalho assalariado – e valorizado socialmente.

As bruxas foram figuras importantes para que o imaginário popular admitisse e incorporasse as ideias da classe dominante; para que mulheres pudessem ser descartadas; para que a imagem destas mulheres que cultivavam ofícios que detinham credibilidade pudesse gerar medo. Uma maneira possível de observar o caso, é entender a importância de traçar um inimigo social. Walter Lippmann considera, de maneira ampla, a relevância deste tipo de construção ao longo da história, “[...] podemos entender melhor as fúrias da guerra e da política ao lembrar que quase todos os integrantes de um grupo acreditam absolutamente em sua imagem da oposição, considerando-a como um fato, e não o que é, mas o que supõem ser o fato” (LIPPMANN, 2008, p.24).

Não é aleatório o distanciamento projetado aos que são postos como o polo oposto de raciocínios. Desumanizar grupos divergentes, isto é, torná-los parte de uma narrativa perversa que fuja da ética vigente, permite que seja cativada a fúria. Este caso da caça às bruxas pode ser pontuado como diretamente ligado à exclusão das mulheres não só da medicina, mas da vida de ofícios valorizados.

### 2.3 O desencantamento do mundo e o nascimento da medicina moderna

A comunidade médica formal constituiu-se, então, desde o início de sua profissionalização com uma maioria masculina. As universidades renascentistas foram mantidas inicialmente por padres e membros da Igreja e as atividades intelectuais femininas não eram incentivadas ou creditadas. Muitas teorias surgiram com a volta ao desenvolvimento científico, algumas delas utilizando critérios biológicos como fatores que determinavam uma essência natural e única dos indivíduos.

Simone de Beauvoir realiza um detalhado estudo sobre questões fisiológicas referentes aos corpos masculinos e femininos e constata:

Esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. [...] Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada. (BEAUVOIR, 1970, p. 53)

A autora lida com algumas teorias deterministas que presumiam uma essência intrinsecamente feminina e afirma a impossibilidade de traçar inferências psíquicas baseadas em manifestações físicas, já que “A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser; é no seu vir-a-ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas possibilidades” (Beauvoir, 1970, p. 54). Assim, ela recusa raciocínios que subentendem a existência de uma hierarquia natural ou evolutiva de valores.

Um aspecto consequente do imaginário do período iluminista foi pontuado pela autora Rachel Soihet: a relação entre o corpo e os hormônios femininos às emoções, encarando como possível uma dualidade entre seres masculinos racionais e femininos sentimentais às mulheres:

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade. (SOIHET, 1997, p. 9)

Tornar o imaginário sobre as mulheres ligado à passionalidade foi mais uma ação que contribuiu para a desvalorização de seus trabalhos. O conhecimento tradicional, desenvolvido por homens e mulheres de conjunturas diferentes, necessidades específicas e

habitantes dos mais variados tipos de ambiente, já havia passado por uma grande baixa na Idade Média. Após sobreviver e se adaptar por gerações, o conjunto de saber tradicional continuou a ser depreciado, no período que se seguiu, em detrimento de métodos científicos oficializados. Assim, começou a se estabelecer na Europa um monopólio do saber científico.

Weber pretende explicar essa fase por meio do conceito de desencantamento do mundo, que, segundo o autor, ocorre “todas as vezes em que os elementos mágicos do pensamento vão sendo desalojados do contexto religioso, e todas as vezes em que as ideias vão possuindo cada vez mais uma consistência [...] científica” (CARDOSO, 2014, p. 108).

A compreensão do conceito “desencanto” por Weber se relaciona a uma perda de sentido. Para ele, o contexto que antecede esta época assemelha-se a um *jardim encantado*, uma espécie de mundo dominado pela magia ou pelas ações encantadas – adivinhações e premonições, leituras dos ânímos dos espíritos e ações baseadas em vontades divinas ou preocupadas em agradar entidades.

O que era encarado como magia passou a ser automaticamente desacreditado enquanto um meio de salvação. Associado a este processo, também para Weber (apud CARDOSO, 2014, p. 112), o lugar religioso de disputa ocupado pelo desejo da bênção passou a ser eticizado, isto é, baseado em condutas que se apoiavam na ética. A moralização, tão presente nos debates sobre a guerra às drogas, é transferida para condutas cotidianas que estão sempre sujeitas a uma aprovação ou desaprovação diretamente divina.

No lugar que costumava habitar a mística, os rituais, os conhecimentos transmitidos pela oralidade sobre os elementos naturais, passa a habitar “uma ordem significativa, onde há um sentido totalizante, único e duradouro, e então, o mundo é compreendido como um problema de sentido ético” (CARDOSO, 2014, p. 113). As ciências, então, passam a ocupar uma esfera de intelectualização e racionalização posta como única possibilidade de pensamento digno.

Mas, poucas evidências foram apresentadas em relação a efeitos libertadores da maneira científica de leitura do cotidiano:

O que acabou com a caça às bruxas, conforme demonstrou Brian Easlea de forma convincente, foi a aniquilação do “mundo das bruxas” e a imposição da disciplina social requerida pelo sistema capitalista triunfante. Em outras palavras, a caça às bruxas chegou ao fim, no final do século XVII, porque a classe dominante, nesse período, desfrutava de uma crescente sensação de segurança com relação ao seu poder — e não porque uma visão mais ilustrada do mundo tivesse surgido. (FEDERICI, 2017, p. 365)

O acontecimento fica pontuado como uma estratégia. Divulgar determinadas situações ou conjunto de pessoas como perigosas, e conseguir que boa parte da sociedade incorpore esse entendimento, permite que alguns grupos utilizem o medo como potência central para adaptar o sistema às próprias necessidades. O desejo por proteção permitiu, historicamente, que parcelas da população fossem exploradas: o pavor de invasões bárbaras, da contração das pestes, do inferno, das bruxas.

Com as mudanças das configurações sociais da Idade Média para a Idade Moderna, a saúde cumpriu um importante papel no pânico coletivo. Em uma análise geral do mundo ocidental, seguindo algumas indicações de Michel Foucault (1977), podemos dizer que o uso de psicotrópicos e alteradores da mente nem sempre foram considerados problemas médicos e tampouco de saúde pública.

Segundo Foucault, um dos traços fundamentais para entendermos a modernidade, dos séculos XVII ao XX, é o que chamou de “vontade de saber”. No decorrer da antiguidade clássica e da idade média a relação com a ciência não estava sobre um invólucro de uma vontade incessante e obsessiva de saber. As especulações científicas se davam no âmbito de um conformismo, apoiado em uma visão do homem que o deixava consciente de seus limites e integração com o mundo, seja na visão grega clássica ou na visão cristã medieval.

É somente por volta do final do século XVII que o homem, ancorado em uma visão de si mesmo destoante do passado, coloca-se como sujeito autônomo, capaz de decifrar o mundo e suas minúcias. Nessas circunstâncias, acontece o surgimento da medicina moderna e o abandono da medicina clássica. Dessa forma, a medicina moderna patologiza casos que até então nunca fizeram parte do âmbito médico, como por exemplo, a medicalização da loucura, transformando-a em doença mental, e o uso de drogas (psicotrópicos).

Uma das questões fundamentais para Foucault é perceber que a relação com as questões do corpo e da mente antes do século XVII estavam muito distantes das práticas atuais e, por isso, pontua as diferenças entre a medicina clássica e a medicina moderna. Na medicina clássica, a medicina da espécie das doenças, as enfermidades eram entidades que nada tinham a ver com o corpo. Assim, a doença aconteceria quando esta entrava em afinidade com o corpo, fazendo com que o médico perguntasse “o que há de errado com você?”.

Na medicina moderna, a medicina anátomo-patológica, há a marca de um desejo incessante de conhecer o corpo, transformando a pergunta do médico em “O que dói?”. Para Foucault, dessa forma, a arte de curar indivíduos doentes se tornou uma disciplina das

doenças e a taxionomia tomou conta da medicina. Sendo assim, a medicina moderna não tardou em patologizar a homossexualidade, os criminosos, os amorais e perdulários, fazendo o poder do médico crescer tanto, que a saúde substituiu a ideia de “salvação da alma” da idade média.

Se na medicina clássica o conceito de saúde estava ligado a ideia de ausência de doenças, na medicina moderna o conceito de saúde se conectou com a ideia de “prevenção da doença”, fazendo da medicina o lugar do olhar profundo e empírico que acaba por se emprenhar na doença e esquecer do ser humano.

De acordo com as pontuações de Foucault, é possível afirmar que a medicina constituiu um imprescindível pilar da sociedade moderna. A valorização da mesma e a consequente patologização de questões sociais são relacionadas, pelo autor, à construção de práticas discursivas: “A clínica [...] deve sua real importância ao fato de ser uma reorganização em profundidade não só dos conhecimentos médicos, mas da própria possibilidade de um discurso sobre a doença” (FOUCAULT, 1977, p. XVIII).

Levando-se em conta que a medicina era uma área de enaltecimento e o desejo pela cura ocupou o lugar da busca pela salvação, o polo negativo da modernidade, então, teve uma nova configuração: o doente. O sujeito moderno, que ultrapassou a fase do mundo encantado e não mais temia ataques bárbaros ou magia negra, incorporou configurações majoritariamente ligadas às ciências biológicas a sua realidade.

## **2.4 Criminalização**

Partindo do pressuposto de que as ciências biológicas não estão mais ou menos livres de sofrerem influência de construções sociais que as exatas ou humanas, uma das variáveis mais comentadas em meios antiproibicionistas é a da licitude. Os doutores em neurociências Renato Malcher-Lopes e Sidarta Ribeiro desenvolveram pesquisas e publicaram livros acerca do potencial da maconha nas saúdes cerebral e fisiológica.

Os dois autores (2007) investigaram alguns interesses da indústria farmacêutica e constataram que, em um contexto anterior à década de 1940, o foco dessa indústria passou a residir em tratamentos com propriedades e objetivos específicos, individualizados, além da valorização ao desenvolvimento de vacinas e antibióticos – fato que deve ser considerado no contexto da configuração das proibições. Nos Estados Unidos, médicos que receitavam

tratamentos contendo cannabis eram obrigados a pagarem taxas de valores proibitivos para as autoridades.

A proibição ganhou espaço, paulatinamente, funcionando como uma conciliadora de interesses. Tecer uma discussão sobre licitude, sobre o fato de que o cultivo, comércio ou porte de determinadas substâncias, assim como qualquer outro tipo de ação humana seja constituído como um crime punível, é, no fim das contas, tecer também uma discussão sobre encarceramento.

A criminalização funciona apoiada na crença social de que a privação de liberdade de algumas pessoas, trará a garantia da segurança pública, mesmo que os dados mostrem, paralelamente, estrondosos aumentos da população carcerária e da violência. De acordo com a Professora Emérita da Universidade da Califórnia e Filósofa Angela Davis (2018, 17), as cadeias funcionam retirando uma parcela de indivíduos do convívio social para que a sociedade não se preocupe em lidar com as questões que envolvem as comunidades das quais a maioria dos presos é oriunda:

[...] se estivermos dispostos a levar a sério as consequências de um sistema de justiça racista e com preconceitos de classe, chegaremos à conclusão de que um número enorme de pessoas estão presas simplesmente por serem, por exemplo, negros, latinos, vietnamitas, nativos americanos ou pobres, independentemente da sua origem étnica. Eles são enviados para a prisão, não tanto pelos crimes que podem ter cometido, mas em grande parte porque suas comunidades foram criminalizadas. (DAVIS, 2018, p. 113, tradução nossa)<sup>3</sup>

O contexto histórico dos Estados Unidos, país de forte influência cultural e grande importância na discussão da visão vigente e das agendas governamentais sobre drogas, é relevante para pensarmos a discussão sobre criminalização. Após a Guerra Civil americana e a decisão por abolir a escravidão, a parte contrária à emancipação dos povos escravizados focou suas preocupações em como reestruturar o sistema econômico. Ora, se a escravidão não era mais possível, eles precisavam lidar com a questão de como tornar as produções possíveis sem comprometer o lucro. O filme *A 13ª Emenda* (2016) faz menção à décima

---

<sup>3</sup> No original: “[...] if we are willing to take seriously the consequences of a racist and class-biased justice system, we will reach the conclusion that enormous numbers of people are in prison simply because they are, for example, black, Chicano, Vietnamese, Native American or poor, regardless of their ethnic background. They are sent to prison, not so much because of the crimes they may have indeed committed, but largely because their communities have been criminalized”.



terceira Emenda Constitucional, que se refere à abolição da escravatura e da servidão involuntária no país – exceto em casos de punição por crimes cometidos.

O governo sulista utilizou da brecha constitucional que admitia o trabalho compulsório e, em um surto carcerário, prendeu grande parte da população negra por acusações subjetivas como “vadiagem”. O filme apresenta a ótica de que os encarcerados foram obrigados a reconstruir a infraestrutura destruída da parte sul. Para, então, manter as dinâmicas de mão de obra subjugada, os sulistas, propositalmente, alimentaram a ideia de que a população negra era perigosa e criminosa. Davis (2018) interpreta que o racismo tem como seu refúgio mais confiável o sistema prisional.

Movimentos políticos e sociais que reivindicavam a garantia de direitos civis para todos começaram a se estruturar, ganhar popularidade e avançar lentamente. Neste mesmo contexto, os nascidos no *babyboom* pós Segunda Guerra Mundial se tornaram adultos, o que fez com que a população aumentasse e, conseqüentemente, também as taxas de violência. Alguns políticos associavam, desonestamente, o resultado das conquistas tímidas de movimentos sociais na busca por uma justiça mais igualitária ao crescimento da criminalidade.

O medo foi, novamente, uma importante estratégia utilizada com a população e, após um rápido período, passou a servir como justificativa para o corte de direitos como voto e educação, além de práticas segregacionistas com a população negra. O fomento do medo e a legislação podem, novamente, ser relacionados na história. Políticas modernas e contemporâneas têm sido valorizadas ao se concentrar em legislar para demonstrar aumentos na questão da segurança pública: o convencimento e o diálogo com a sociedade se dão por meio da oferta de mais militarização, do estabelecimento de penas maiores, de mais pessoas presas.

A crença comum não se atualiza ao checar números de encarcerados que aumentam exponencialmente sem afetar de maneira concreta os níveis de criminalidade, ou a sensação de segurança. A cadeia ainda parece, no senso comum, a solução necessária para a manutenção da segurança pública. No Brasil, há exemplos que podem ilustrar a questão; a 'World Prison Brief', base de dados da Universidade de Londres, divulgou que entre os 10 estados com a maior taxa de aprisionamento, 5 deles possuem a taxa de mortes violentas

superior à média nacional<sup>4</sup>. Assim, conclui-se que, nesses lugares, um encarceramento massivo não é fator relevante na alteração do fato de crimes violentos continuarem sendo registrados.

Para Davis, “Embora os homens constituam a grande maioria dos prisioneiros ao redor do mundo, aspectos importantes da operação da punição estatal se perdem ao se assumir que as mulheres são marginais e, portanto, indignas de atenção”<sup>5</sup> (DAVIS, 2018, p. 65, tradução nossa). Além disso, a autora ressalta os impactos de raça e classe, afirmando que para as mulheres brancas, os aspectos mentais e emocionais são, geralmente, levados em consideração, enquanto para as mulheres negras e pobres, é apontada a criminalidade.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/28/com-335-pessoas-encarceradas-a-cada-100-mil-brasil-tem-taxa-de-aprisionamento-superior-a-maioria-dos-paises-do-mundo.ghtml>. Acesso em 30 de maio de 2019.

<sup>5</sup> No original: “*Although men constitute the vast majority of prisoners in the world, important aspects of the operation of state punishment are missed if it is assumed that women are marginal and thus undeserving of attention*”.

### 3. A GUERRA ÀS DROGAS

A relação das diversas sociedades com as drogas ao longo do tempo é um tema amplo e complexo que o trabalho não tem a pretensão de desenvolver por completo. Alguns eventos e usos históricos relevantes para o raciocínio traçado foram selecionados a fim de ilustrar argumentos e elucidar questões, sem aspirar, contudo, transparecer a totalidade das leis, reuniões, discussões, comitês e políticas elaboradas na história.

Para refletir algumas associações estabelecidas da mulher com as drogas, é necessário levar alguns fatores em consideração sobre a constituição da chamada “guerra às drogas”, assim como sobre possíveis interesses dessa articulação que geralmente não são alvos das capas de jornal, flashes de câmera ou destaque nos noticiários.

#### 3.1 Breve panorama histórico

Um ponto de partida bastante adotado para discutir a questão é a Convenção Internacional sobre o Ópio e a recomendação aos estados a tornarem crime a posse de drogas como o ópio, a cocaína e produtos derivados, em 1912. Porém, no caso do Brasil, ainda no Império há registros da proibição da maconha no país; em 1840 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro proibia o “pito do Pango”<sup>6</sup>. Um século depois, em 1940, passou a vigorar um novo Código Penal brasileiro, que fixou pena de até cinco anos de reclusão para a “conduta de tráfico”, também aplicada aos usuários.

D’Elia Filho (apud FERNANDES & FUZINATTO, 2012, p.3) aponta que, desde os primeiros conflitos relacionados às drogas, prevaleceu o caráter político e econômico. O primeiro confronto de grandes proporções geralmente apontado por historiadores é a Guerra do Ópio, ocorrida em 1839 quando o livre comércio já configurava uma questão de grande importância.

O racismo é fator intrínseco à proibição e essencial na configuração da guerra às drogas. Os americanos proibiram o ópio, por exemplo, fumado por chineses na época das imigrações, e o governo brasileiro proibiu a cannabis enquanto ela era chamada de “fumo de angola” ou “veneno africano” – na lei de 1830, os escravos eram mencionados diretamente no alerta à contravenção que era punida com três dias de cadeia.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/pito-do-pango-na-decada-de-30-maconha-era-vendida-em-herbanarios-do-rio-13352181> Acesso em 25 de novembro de 2018.

Historicamente, os interesses que vigoram nos conflitos não dizem respeito à saúde pública. “O fenômeno do proibicionismo inicia por interesses puramente econômicos, marcado pela competição dos países por sua prevalência enquanto principal economia mundial. No entanto, foi nos Estados Unidos que essa proibição se torna prioridade política, marcada pelo ‘conservadorismo da moralidade e dos bons costumes’” (FERNANDES & FUZINATTO, 2012, p. 4).

Esses movimentos proibicionistas, então, articularam-se e ganharam força para acentuar o controle das minorias sociais e étnicas do país e atacar hábitos culturais:

[...] as associações puritanas que clamavam, ainda no século XIX, pela proibição do álcool e do ópio traçavam uma linha direta entre essas substâncias e comunidades imigrantes, respectivamente, irlandeses e chineses. De maneira análoga, mexicanos eram vistos como inveterados consumidores de maconha e os negros, como perigosos usuários de cocaína (RODRIGUES apud FERNANDES & FUZINATTO, 2012, p. 4)

Um marco nas discussões, geralmente apontado junto à proibição do ópio na fala acima, é o estabelecimento da Lei Seca, em 1919 nos Estados Unidos, que proibiu o comércio e a produção de bebidas alcoólicas. Entendida como uma medida fracassada em termos de segurança, os resultados não foram bem-sucedidos e alguns problemas sérios tiveram sua gênese por consequência, como:

a formação da Máfia, a taxa de homicídios foi altíssima e a corrupção tomou conta da polícia. O fato que derrubou a lei foi econômico, a Depressão de 29/30 fez com que o governo repensasse a quantidade de impostos que o álcool arrecadava, cerca de 32% da arrecadação federal. (MAGRI apud FERNANDES & FUZINATTO, 2012, p. 4)

Os trágicos resultados da lei que regulamentou a vedação à venda, importação ou fabricação de bebidas explicitaram uma contradição nos discursos do governo. A preocupação com a saúde, importante aspecto na fundamentação das justificativas para ações proibitivas, não se fazia presente nos chamados processos de desnaturalização (VALOIS, 2016) – procedimento em que substâncias químicas tóxicas como a benzina, querosene, éter e gasolina eram acrescentadas nas bebidas pelo próprio governo para que fossem tornados impróprios para consumo e, com isso, não facilitasse a chegada do álcool seguro até o consumidor comum. Mesmo que houvesse a mobilização de esforços para a redistilação – populares ou pagas pelos traficantes a técnicos em química –, a bebida continuava adulterada e apresentando riscos à saúde da população que não parou de consumir os produtos.

Após assumido o fracasso e reconstituído as relações com o álcool e empresas responsáveis por seu comércio, as contradições não tiveram um fim, já que a manutenção de outras proibições perdura até os dias de hoje. “O primeiro indício da falta de coerência da norma está no fato de se criminalizar o comércio de determinadas substâncias, enquanto outras de igual ou maior teor entorpecente ou estimulante continuam permitidas e até propagandeadas” (VALOIS, 2016, p. 425).

As políticas de drogas possuem uma importante relação com a justiça penal. Valois (2016) sugere que esse elo teve seu início em 1936, na Convenção para Repressão do Tráfico Ilícito das Drogas Nocivas, ocorrido em Genebra. O autor afirma que, na convenção, foi buscado, de maneira abstrata, abranger na proibição qualquer proximidade com as substâncias psicoativas. Dessa forma, a legislação penal deixa de ser uma garantia que protege os cidadãos contra poderes punitivos do Estado, e o legislativo passa a servir de intermédio para as ações do poder político.

No raciocínio construído dentro da narrativa da guerra às drogas, dois discursos são apontados como chave, de acordo com Rosa Del Olmo, os já citados médico e político-jurídico. Segundo a autora, após substâncias de características muito distintas serem incluídas na mesma categoria “droga”, a fim de generalizar e confundir, algumas articulações ocultaram o caráter econômico da questão e dissolveram-na em casos individuais.

Durante a década de 50, as drogas ainda não configuravam um assunto de grandes dimensões ou proporção de consumo parecidas com a atualidade e constituíam um problema abordado sobre o estereótipo moral (OLMO, 1990, p. 30). Eram associadas ao perigo e à perversão sexual, por reforço de preconceitos ligados ou às classes mais baixas ou a imigrantes. A possibilidade de arrependimento ligada à religião era uma abordagem popular.

A década seguinte foi um período decisivo para que se estabelecesse o modelo médico-sanitário. Como a crescente rebeldia juvenil norte-americana dava origem aos movimentos de contracultura, protestos políticos e articulações pacifistas, os adeptos do *american way of life* sentiram suas crenças e famílias ameaçadas. A autoimagem dos comportamentos americanos estava em risco e, associada a este movimento, a juventude branca, que agora também consumia e entrava em contato com drogas de origem naturais e farmacêuticas, tomou consciência dos direitos de minorias sociais, geralmente responsabilizada pelo uso.

A fim de distinguir os “filhos de boa família” dos membros pertencentes aos guetos e estrangeiros estigmatizados, nasceu a ideologia da diferenciação (OLMO, 1990, p. 34). Enquanto o pequeno distribuidor era responsabilizado como causador e interpretado como um criminoso, o consumidor passou a ser tratado como doente. A figura do dependente químico reforçou a criação de comunidades terapêuticas em que a valorização estava na presença de um tratamento – não importando em que circunstâncias ele se realizaria.

No início da década de 70, o então presidente Nixon declarou a guerra às drogas, pontuou-a como questão fundamental para a segurança nacional e, com isso, “o tema do controle mundial de psicoativos havia alcançado um patamar de alta regulamentação, cujo documento maior era a Convenção Única da ONU sobre Psicotrópicos, de 1961” (RODRIGUES apud FERNANDES & FUZINATTO, 2012, p. 5). As palavras “lei e ordem” estiveram muito presentes, coerentes com o apelo à moralidade da classe média que reagia aos movimentos sociais.

Ao pontuar a heroína como “o primeiro inimigo público não econômico”, Nixon ignora as raízes do problema: “sua grande produção, com a cumplicidade dos governos do Sudeste Asiático e sua comercialização por parte do crime organizado. Só enfatizava o consumo como preocupação fundamental e assim continuava com o discurso médico e o estereótipo da dependência” (OLMO, 1990, p. 39). Porém, a qualificação como um “inimigo público” e a relação da droga com a ameaça à ordem social, introduziram o discurso político citado pela autora.

Na América Latina, essa década pontuou o início dos fortes temores do senso comum em relação ao assunto. Os meios de comunicação são apontados por Olmo como parte importante desse processo, já que, em muitas ocasiões, misturaram estereótipos de substâncias muito distintas, como maconha e heroína, por exemplo:

Difundiou-se na época uma série de informações que tinham a ver com a heroína nos Estados Unidos, mas que alguns “especialistas” da América Latina relacionavam com “a droga” em geral de maneira bastante irresponsável. Os resultados foram desastrosos porque estavam sendo importados, e sendo impostos, discursos alheios que não levavam em conta nem a diferença entre as drogas, nem entre os grupos sociais. (OLMO, 1990, p. 45)

A cocaína, que concretizou sua indústria e produção na década de 70, ainda detém presença determinante na economia e na cultura da América do Sul. De acordo com o relatório de 2016 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), órgão

ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), a América do Sul continua à frente na produção e consumo de cocaína.<sup>7</sup>

Nos Estados Unidos, grande influência na guerra às drogas, a derivada da folha de coca viveu três etapas, de acordo com o psiquiatra Ronald K. Siegel (apud OLMO, 1990). A primeira, que compreende desde 1970 até 1979, tratava a substância como uma droga social e recreacional, sem preocupações com vícios e aceitação do consumo esporádico:

Em 1976, por exemplo, se observa na imprensa um aumento significativo de notícias sobre seu consumo pela população em geral, e de revistas dedicadas a defender a droga, como a High Times, criada em 1974, que exaltam suas virtudes com grande desdobramento fotográfico. (SIEGEL apud OLMO, 1990, p. 50)

A segunda etapa é constituída pelos anos entre 1978 e 1982, em que é apontada a mudança dos hábitos de consumo e dos padrões de uso. A frequência de utilização, a pureza e a forma do uso ganham novas configurações – o que aumentou os níveis de dependência. Já a terceira fase, ocorrida entre 1982 e 1984, é marcada pelo uso da droga entre todos os grupos socioeconômicos, já que, em 1982, mais de 21 milhões de americanos já haviam utilizado ao menos uma vez.

Atualmente, o Brasil vive um impasse pouco noticiado: de acordo com o 3º Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Uso de Drogas<sup>8</sup>, pesquisa concluída no final de 2016, o país está longe de viver uma epidemia de drogas. O levantamento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aponta que 0,9% da população usou crack pelo menos uma vez, 0,3% fez uso no último ano e apenas 0,1% consumiu nos últimos 30 dias. Com a maconha as respostas mostram que ela havia sido usada por 1,5% dos entrevistados, e a cocaína, por 0,3% deles.

Pelo resultado do relatório encomendado não endossar as narrativas sobre o perigo das substâncias psicoativas no país – estratégia utilizada historicamente em campanhas, eleições e discursos sobre criminalidade – ele nunca foi divulgado pelo órgão do Ministério da Justiça que encomendou a pesquisa, a Secretaria Nacional de Política de Drogas.

Um dos aspectos mais duros decorrentes da adoção de discursos apocalípticos sobre epidemias e estratégias criminais para lidar com a questão das drogas é o encarceramento feminino em massa. A realidade da privação de liberdade das mulheres é, atualmente no

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/internacional/1488474778\\_660743.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/internacional/1488474778_660743.html) Acesso em 01 de maio de 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/31/estudo-drogas-censura/>. Acesso em 10 de abril de 2019.

país, uma estrutura de espaços superlotados, com condições precárias de higiene<sup>9</sup>, que explicita o abandono social e marital, além de alterar configurações familiares. A figura da detenta também rompe características específicas no imaginário popular ligadas à mulher ideal, fazendo com que essas pessoas tenham suas punições agravadas com uma condenação pública (VALOIS, 2016).

Um levantamento do portal G1<sup>10</sup> em conjunto com governos estaduais e tribunais de justiça detalhou uma grande presença de presos ligados ao tráfico de drogas. Desde a alteração da Lei de Drogas em 2005, o percentual de presos envolvidos foi de 8,7% para 32,6% em 2017 – o que configura grande mudança no perfil comum. Em 12 anos, o estudo apontou um aumento de 480% - excluindo 5 estados que alegaram falta de dados. A situação das mulheres é bastante drástica<sup>11</sup>, sendo 62% das detentas ligadas ao tráfico, segundo informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias reunidas até junho de 2016. É importante ressaltar:

[...] diante do grande número de mulheres presas por envolvimento com drogas, proporcionalmente muito superior do que o de homens, a guerra às drogas pode ser mesmo considerada ‘guerra às mulheres, particularmente mulheres pobres e mulheres negras ou imigrantes...’, e, como é com seus privilégios, os que detêm o poder não se desfarão desse instrumento espontaneamente. (MALLOCH apud VALOIS, 2016, p. 634)

A realidade do encarceramento expõe mulheres a situações de abusos sexuais, espancamentos por parte de carcereiros, exposição de crianças à privação de liberdade e a ambientes emocionalmente inadequados, mães e recém-nascidos a condições e instalações impróprias. Novamente, não se faz coerente o discurso da saúde no qual muitas vezes se apoia a proibição. Levando-se em consideração que existem relatos de mulheres com pontos de cesariana ainda abertos que precisam dormir no chão<sup>12</sup>, expostas a infecções, ou que recém-nascidos residem por seis meses em ambientes propícios a contração de doenças

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/livro-revela-horror-das-prisoas-femininas-no-brasil-detentas-usam-miolo-de-pao-como-absorvente-1-16938557> Acesso em 10 de junho de 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml> Acesso em 26 de novembro de 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/06/11/interna-brasil,687581/quantas-mulheres-estao-presas-no-brasil.shtml> Acesso em 26 de novembro de 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/livro-revela-horror-das-prisoas-femininas-no-brasil-detentas-usam-miolo-de-pao-como-absorvente-1-16938557> Acesso em 10 de junho de 2019.



respiratórias, há problemas graves de saúde que são negligenciados pelos meios de comunicação de massa e pela opinião pública.

### **3.2 Mídia, entretenimento e cultivo do punitivismo**

Ainda hoje, um papel determinante na guerra às drogas é desempenhado pela televisão – integrante da mídia tradicional e aberta. É comum notarmos um endosso ao raciocínio punitivista relacionado aos comerciantes do varejo e usuários. As linhas editoriais variam a abordagem, mas a lógica do encarceramento e da militarização não é abalada pela tendência crescente dos números de presos e de intervenções armadas. As representações que se apresentam como verdade não parecem sofrer revisões conjunturais.

Os noticiários e, principalmente, os programas policiais noticiam a falta de segurança pública todos os dias. O clima criado é de pânico e as soluções que se apresentam como óbvias são sempre penas mais severas e mais duradouras. A figura do traficante está entre um dos principais inimigos da sociedade contemporânea. Atos monstruosos são retratados cotidianamente e repudiados com veemência em pequenos cenários.

Dentro deste contexto, há a construção, perpetuação, o reforço e a articulação de uma gama de ideias que vai naturalizando e tornando sólidos alguns conceitos sem maiores reflexões, apesar de gerar consequências materiais:

A figura do inimigo é a construção social e política que há séculos alimenta a repressão e legitima a violência do sistema penal. A condição de inimiga, historicamente, já foi imposta a diferentes figuras de mulheres más e perigosas. Ela já foi a bruxa, a feiticeira, a prostituta, as pouco inteligentes, as que negaram a natureza materna ou opostas aos símbolos de delicadeza, pureza e fidelidade. (ZAFFARONI apud CORTINA, 2015, p. 770)

O papel do jornalismo se configura ainda muito importante se analisarmos a contribuição de Lippmann; “O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMANN, 2008, p. 28). Dentro das teorias da comunicação, a Teoria do Cultivo reflete as impressões dos telespectadores sobre contatos iniciais com determinadas circunstâncias. “Na sua forma mais simples, a teoria do cultivo sugere que a televisão irá substituir a experiência direta como primeiro embasamento para o desenvolvimento das crenças sociais” (SHRUM, 2001, p. 188).

É importante que, nas análises comunicacionais, consideremos os impasses e as amplitudes. “Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente” (LIPPMANN, 2008, p. 22).

Dessa forma, as construções de personalidades femininas a serem analisadas estarão entre alguns estereótipos comumente retratados no telejornalismo e obras de ficção veiculadas pelas emissoras de TV, além de algumas questões geralmente suscitadas. As categorias de representação observadas são traficantes, usuárias, mulas, mães e esposas relacionadas ao tráfico de drogas.

Segundo Cardoso Filho (2007), a principal premissa da Teoria do Cultivo Mediático é que uma sociedade que tem a TV como forma mais importante de conhecimento tende a formar suas percepções sobre o mundo e o cotidiano baseado no que é narrado pelo meio. O cultivo é definido como processo de assimilação de valores, linguagem e julgamentos, que permitem aos indivíduos a socialização. Gerbner e seus colegas partiam de uma análise do conteúdo da programação televisual, para detectar o que ele chama de texto-mestre televisivo, que então era confrontado com os espectadores assíduos, e o efeito de cultivo era comprovado sempre que os espectadores davam “respostas televisivas” às perguntas dos pesquisadores sobre temas da atualidade. As pesquisas realizadas por Gerbner e seu grupo mostraram como a percepção da realidade é moldada pelo conteúdo televisivo. E embora não seja possível aferir o efeito cognitivo de crescer num ambiente marcado pela presença pervasiva da televisão por meio do contraste entre o fluxo da programação e a experiência do espectador assíduo, a teoria do cultivo contribuiu para rever e relativizar o paradigma dos efeitos limitados, hegemônico nos primórdios da pesquisa em comunicação, ao incorporar efeitos cognitivos e de longo prazo – cultivo das concepções de realidade social, com efeito de alterar a estrutura cognitiva e de socialização, que podem se traduzir em comportamento e ação.

Na Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira<sup>13</sup> realizada pelo Ibope e a Secretaria de Comunicação do governo, ficou registrado que cerca de 90% dos brasileiros se informam sobre o país pela televisão, sendo

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/06/11/interna-brasil,687581/quantas-mulheres-estao-presas-no-brasil.shtml> Acesso em 25 de novembro de 2018.

que 63% declararam a TV como a principal fonte de informação. Mesmo com o advento dos *smartphones* e da cultura virtual, a internet ainda aparece em segundo lugar.

Um dos pontos primários e cruciais do Cultivo foi a relação estabelecida da mídia com o crime. A preocupação inicial era entender os efeitos da exposição às imagens de violência na percepção da violência real, e na sensação da possibilidade de ser vítima de crimes. Atualmente no Brasil há a presença de programas policiais que transformam pautas em espetáculos trágicos e chocantes, que são veiculados em grandes quantidades diariamente e não são acompanhados – em sua maioria –, fazendo com que sejam esquecidos e substituídos por outros. A exposição sensacionalista das famílias é justificada com uma projeção induzida do telespectador e de seus familiares nas situações de lógicas que trabalham uma dualidade entre pessoas de bem e vilões demonizados.

Os programas, geralmente caracterizados pelas opiniões dos apresentadores, costumam violar direitos, desrespeitar e incitar desobediência a códigos de ética, instrumentos multilaterais como a Declaração dos Direitos Humanos e a própria legislação federal do país, de acordo com monitoramento realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI Comunicação e Direitos). A ANDI definiu os programas “policialescos” como detentores de “práticas antidemocráticas e anti-humanistas”<sup>14</sup>, após monitorar 20 deles.

Para analisá-los, assim como a outros veículos televisivos, é sempre importante carregar a compreensão de que “estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentido combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual” (BECKER, 2012, p. 242). Além de posicionamentos muitas vezes explícitos por parte dos enunciadores, essas programações são repletas de barulhos de tiroteio, perseguições policiais, imagens aéreas, pessoas gritando e chorando – combinações que têm potência para inserir os telespectadores em uma dinâmica tensa, que favorece concepções imediatistas.

### **3.3 O lugar da feminilidade nos discursos de autoridade**

Abordagens sobre o conceito de gênero são relevantes para as análises que esse trabalho pretende propor, contudo, a ideia suscita muitos debates. Deste termo de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/publicidade-como-estrategia-de-financiamento-dos-programas-policialescos>. Acesso em 10 de junho de 2019.

significados necessariamente imprecisos, segundo a autora Joan W. Scott (2012), interessamos um pouco da noção de que:

Gênero recusou a idéia de que a anatomia da mulher era o seu destino insistindo, ao contrário, que os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos. A partir de que a fisiologia genital, raramente, foi invocada para explicar porque os homens fizeram o que fizeram, o sexo/gênero e a distinção natureza/cultura foram um suporte crítico no esforço de conter a discriminação contra as mulheres, sua exclusão dos mundos dos homens. (SCOTT, 2012, p. 333)

A estratégia do Estado em transformar a questão das drogas em uma guerra apoiada no aparato e na cultura militar reflete diretamente no cotidiano das mulheres, mas reforça, também, concepções em planos subjetivos em torno dos papéis femininos e masculinos nas sociedades. A própria militarização já relaciona, orgulhosamente, suas ações e ensinamentos à virilidade. O que é, portanto, dotado de coragem e força é ligado ao homem, “como salienta J. Ann Tickner (2001), os treinamentos militares são permeados de práticas misóginas de depreciação de tudo que possa se relacionar ao “feminino” (DE SOUZA, 2015, p. 80).

Algumas teorias traçam um paralelo da ambição do Estado em deter o uso da força com o papel de “protetor”, subjetivamente masculino. Cynthia Enloe (apud DE SOUZA, 2015, p. 79) escreveu sobre as narrativas e expectativas, para homens e mulheres, em torno de situações de perigo na política internacional. Enquanto da parte do homem é esperada a resolução heroica, da mulher é cobrada apenas a gratidão para com seu protetor. Voltando ao raciocínio de autora Tickner (apud DE SOUZA, 2015, p. 79), essa imagem de “protegida”, que cabe e resta às mulheres, é parte fundamental para que a violência seja validada e consiga apoios estratégicos.

Os papéis centrais das narrativas de conflito cabem aos homens, enquanto heróis e vilões; causadores e salvadores. Já as generalizações feitas com as mulheres partem, na maioria das vezes, de uma “mesma história básica: uma de profundo sofrimento mas também de amor – pela vida, filhos, homens, outras mulheres, a sua terra natal, a humanidade em si – um amor forte o suficiente para limpar o mundo” (MORGAN apud SCOTT, 2012, p. 335).

É comum que se reforce, para as “damas”, características de cuidado ligadas à compaixão, à idealização da maternidade, assim como a consequente redução de suas figuras. Uma importante figura feminina presente nos discursos de autoridade foi Nancy

Reagan em sua campanha “Just Say No”, de 1986<sup>15</sup>. Nancy, mulher branca, integrante da elite americana, fez seu pronunciamento oficial para os televisores americanos ao lado de seu marido Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos. O lugar de sua fala é marcado logo na introdução de seu discurso: após um agradecimento, sua fala se inicia com “Como uma mãe” (tradução nossa)<sup>16</sup>.

A imagem de Nancy é a de uma mãe ameaçada, desesperada por proteger as famílias americanas do perigo representado pelo consumo abusivo das drogas. O foco explicitado por ela reside justamente nos potenciais malefícios que as drogas podem causar nas crianças definidas por ela como “filhos e filhas da América” (tradução nossa)<sup>17</sup>. Seu discurso se apoia majoritariamente em sua vivência e em recursos subjetivos: “As drogas roubam tanto. Elas tomam e tomam, até que finalmente toda vez que uma droga entra em uma criança, outra coisa é forçada a sair - como o amor, a esperança, a confiança e a segurança. As drogas tiram o sonho do coração de cada criança e o substituem por um pesadelo” (tradução nossa)<sup>18</sup>.

A narrativa, que é divulgada como tendo o foco nas crianças, possui desde o início um perfil totalizante. Nancy alerta que essa questão diz respeito a todos, e faz seu apelo sem pretensão de suavizar suas intenções: “Queremos que você nos ajude a criar uma intolerância sincera ao uso de drogas. Pelo bem de nossos filhos, imploro a cada um de vocês que seja firme e inflexível em sua oposição às drogas” (tradução nossa)<sup>19</sup>.

Ela também caracteriza a questão como moral, e afirma que nesse caso não há meios termos. O discurso tem um caráter de alarme e mobilização, é uma convocatória, como se pode notar no trecho “Podemos ajudar usando todas as oportunidades para forçar a questão de não usar drogas a ponto de deixar outras pessoas desconfortáveis, mesmo que isso signifique tornar-nos impopulares” (tradução nossa)<sup>20</sup>.

Desta forma, o governo toma uma posição institucional de anunciar substâncias diversas como um mal específico e terrível, que causará a morte ou o adoecimento de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://edition.cnn.com/SPECIALS/2004/reagan/stories/speech.archive/just.say.no.html>. Acesso em 14 de junho de 2019.

<sup>16</sup> No original “As a mother”. Disponível em: <http://edition.cnn.com/SPECIALS/2004/reagan/stories/speech.archive/just.say.no.html>. Acesso em 14 de junho de 2019.

<sup>17</sup> No original: “*America’s children*”. Idem.

<sup>18</sup> No original: “*Drugs steal away so much. They take and take, until finally every time a drug goes into a child, something else is forced out - like love and hope and trust and confidence. Drugs take away the dream from every child’s heart and replace it with a nightmare*”. Idem.

<sup>19</sup> No original: “*We want you to help us create an outspoken intolerance for drug use. For the sake of our children, I implore each of you to be unyielding and inflexible in your opposition to drugs*”. Idem.

<sup>20</sup> No original: “*We can help by using every opportunity to force the issue of not using drugs to the point of making others uncomfortable, even if it means making ourselves unpopular*”. Idem.

crianças, caso as famílias não optem por uma posição demarcada. A preocupação em personificar o problema também existiu, Nancy pontua “Nosso trabalho nunca é fácil porque os criminosos de drogas são engenhosos. Eles trabalham todos os dias para traçar uma maneira nova e melhor de roubar a vida de nossos filhos, assim como fizeram desenvolvendo essa nova droga, o crack. Para cada porta que fechamos, eles abrem uma nova porta para a morte” (tradução nossa)<sup>21</sup>. Assim, foi estabelecido uma disputa entre os membros das famílias inocentes e os criminosos perversos que prosperam com mortes de crianças inocentes.

Em sua fala, o exemplo que a primeira-dama dos Estados Unidos escolhe usar é o caso de uma jovem, cujo nome não é citado, que, durante o tempo de usuária de uma droga que também não é nomeada, enxergava apenas sombras em tons de cinza e preto. Apenas depois do tratamento a jovem mencionada consegue voltar a enxergar as cores. Sem a preocupação de utilizar narrativas científicas para a validação de seu discurso, ou fornecer dados que comprovassem suas afirmações, Nancy finaliza seu discurso falando diretamente com os jovens “Então, abram seus olhos para a vida: para vê-la nas cores vivas que Deus nos deu como um presente precioso para seus filhos”<sup>22</sup>.

Assim é marcado socialmente o lugar da feminilidade. A mulher entendida como ideal para boa parte da sociedade geralmente é retratada com uma configuração bem definida. Em 2016, em um contexto político conturbado, a revista *Veja* lançou uma reportagem que foi bastante comentada. Intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, a matéria repercutiu e foi defendida e atacada por diversos setores.

A mulher em questão foi descrita como “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. Já a respeito de sua rotina, foi dito que “Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> No original: “*Our job is never easy because drug criminals are ingenious. They work everyday to plot a new and better way to steal our children's lives, just as they've done by developing this new drug, crack. For every door that we close, they open a new door to death*”. Disponível em: <http://edition.cnn.com/SPECIALS/2004/reagan/stories/speech.archive/just.say.no.html>. Acesso em 14 de junho de 2019.

<sup>22</sup> No original: “So, open your eyes to life: to see it in the vivid colors that God gave us as a precious gift to His children”. Idem.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 12 de maio de 2019.

As duas figuras, a de Nancy Reagan e Marcela Temer, têm pontos em comum desde as madeixas e peles claras até o retrato de suas maternidades. No portal americano Vox<sup>24</sup>, a primeira curiosidade citada sobre a vida da ex-primeira dama norte americana é o fato de ela ter sido uma atriz de cinema que estava mais interessada em ser esposa e mãe do que ter uma carreira, muito parecida com Marcela, cuja reportagem da Veja, de autoria de Juliana Linhares, cita “Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). [...] Marcela é uma vice-primeira-dama do lar”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.vox.com/2016/3/6/11169790/nancy-reagan-facts>. Acesso em 12 de maio de 2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 12 de maio de 2019.

#### 4. A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA MULHER

As representações<sup>26</sup> midiáticas mais comuns podem influenciar o imaginário popular, orientando concepções que serão desenvolvidas neste capítulo. O objetivo é fomentar discussões acerca deste tema que reflitam a existência de algumas narrativas incorporadas e reproduzidas como verdade única, além de suas construções, utilidades e efeitos.

Sobre a importância das representações, há que se levar em conta que:

De um lado, “representação” pode referir-se apenas à existência de uma realidade externa aos meios através dos quais ela (realidade) é representada (teoria mimética). De outro, representação pode referir-se não só a uma realidade refletida, mimética, mas também à constituição desta mesma realidade. Este último é o sentido do conceito gramsciano de “hegemonia”, “sistema vivido – “constituído e constituidor” – de significados e valores que [...] parecem confirmar-se reciprocamente”. Assim, em nossa articulação conceitual, “representação” significa não só representar a realidade, mas também constituí-la. (ALBINO, 2004, p. 13.)

Exatamente pelo papel das representações de, também, constituir o cotidiano, o papel da mídia se faz relevante nas esferas culturais e sociais (ALBINO, 2004). Funcionando muitas vezes como um intermédio, os veículos de notícia e entretenimento se fazem presentes nas vidas das famílias a longo prazo, cultivando a confiabilidade de suas marcas e de seus contratados, integrando interações sociais e bagagens educacionais.

Uma das partes mais importantes das análises sobre as maneiras com que mulheres são retratadas nos meios de comunicação de massa são as chamadas ou manchetes das matérias vinculadas. “Manchetes podem ser incompletas, tendenciosas, ‘promovendo macroproposições de nível mais baixo para uma posição mais destacada na estrutura temática. Esse tópico tendencioso também pode influenciar a interpretação do texto do lead” (VAN DIJK apud SALLORENZO, 2018, p.24).

Como primeira informação a ser consumida, a linguística pragmática aponta que a escolha de palavra das manchetes é ponto de suma importância. Isso porque, seguidas pelos títulos atribuídos, no caso das notícias de veículos impressos ou on-line, as palavras empregadas inicialmente têm potencial para guiar a interpretação do consumidor. A

---

<sup>26</sup> Para um exame aprofundado do desenvolvimento histórico e etimológico do conceito de representação, e de como ele aos poucos adquiriu o sentido de agência política: PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation* (1972) e “Representação, palavras e ideias “. (2006)



diferença entre noticiar uma “ocupação” de uma “invasão”, por exemplo, pode demonstrar as intenções ou a linha editorial do veículo. Para Kozminsky:

[...] os títulos direcionam e conduzem a linha de raciocínio do leitor a ponto de conduzirem a compreensão do texto a partir do que anunciam. O título tem o efeito cognitivo de afetar a seleção da informação de um texto e a organização dessa informação na memória humana. Se o título for tendencioso, a aquisição da informação por parte do leitor será tendenciosa, quer ela se dê pela leitura da notícia completa, quer pela inferência do conteúdo da notícia, uma vez que quem lê uma manchete de jornal não vai necessariamente ler a notícia. (apud SALLORENZO, 2018, p.26)

Pensar a escolha dos recortes narrativos é fundamental para pensar que lugares são atribuídos às mulheres na visão sobre a guerra às drogas, já que a disposição dos dados dá ênfase no que o interlocutor almeja que o receptor apreenda (SALLORENZO, 2018).

#### 4.1 Estereótipos

Para refletir sobre alguns tipos de representação, é possível recorrer ao raciocínio traçado por Walter Lippmann (2008). Para Lippmann, estereótipos são formas de representação simplificadas, empregadas para transformar um acontecimento em notícia. O conceito de estereótipo funciona como simplificações que orientam a leitura dos eventos para facilitar o entendimento e a comunicação dos atores sociais. No entanto, o que é reduzido deixa de levar em conta uma série de aspectos e limita outras possibilidades de existência.

Lippmann era cético em relação à legitimidade de uma opinião pública esclarecida em sociedades industrializadas, pela impossibilidade de acesso direto à realidade. Mesmo em nossa experiência individual, nós não temos acesso à realidade. Mas sobre a realidade observada podemos construir opiniões mais fidedignas ao “mundo exterior” do que em situações em que nossa percepção passa pelos meios de comunicação. Em sociedades de massa, as questões de interesse público, que exigem uma opinião a respeito, acontecem longe da maioria dos concernidos.

Nós insistimos (...) que o mundo que essas pessoas deveriam ter conhecido e o mundo que elas de fato conheceram, era muitas vezes duas coisas bastante contraditórias. Podemos também perceber que, enquanto elas governavam e lutavam, negociavam e reformavam o mundo como imaginavam devesse ser, elas produziam resultados, ou falhavam em produzi-los, no mundo como de fato o era. (LIPPMANN, 2008, p.22)

Os pseudo-ambientes trabalhados por Lippmann (2008) propõem que representações não são as coisas reais em sua essência pura e inquestionável, embora causem efeitos reais no mundo real. Para o autor, já que é impossível ter acesso direto, não mediado, ao que é real, qualquer exame da opinião pública tem que levar em conta a relação triangular constituída pela cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana a essa imagem na cena da ação. Assim trabalha a mídia: apresentando representações (sempre) irreais que agem concretamente na realidade.

É claro o suficiente que em certas condições as pessoas respondem tão fortemente a ficções quanto a realidades, e que em muitos casos elas ajudam a criar as próprias ficções às quais elas respondem (...) A esse pseudo-ambiente é que seu comportamento é uma resposta. Mas porque é um comportamento, as conseqüências, se eles são fatos, operam não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real em que acontecem. (LIPPMANN, 2008, p. 29-30)

Muitas vezes, os meios de comunicação de massa atuam mediando a forma como o mundo é imaginado por sua audiência. É possível afirmar, então, que a mídia de massa fornece pseudo-ambientes que influenciam as ações de quem neles se inserem como público. A influência do que é oferecido por eles se potencializa quando, no cotidiano de quem assiste, não está presente a situação apresentada. Neste contexto é que estão as adaptações, já que “O único sentimento que alguém pode ter acerca do que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMANN, 2008, p. 29).

É necessário ressaltar que o lugar destas adaptações da realidade é propício para a existência dos estereótipos, ou, para Lippmann, formas de representação simplificadas da realidade:

Pois o ambiente real é excessivamente grande, por demais complexo, e muito passageiro para se obter conhecimento direto. Não estamos equipados para tratar de tanta sutileza, tanta variedade, tantas modificações e combinações. E embora tenhamos que agir naquele ambiente, temos que reconstruí-lo num modelo mais simples, antes de poder manejá-lo. Para atravessar o mundo as pessoas precisam ter mapas do mundo. (LIPPMANN, 2008, p. 31)

O conceito de estereótipo, em Lippmann, portanto, assume dois sentidos, um epistemológico, que decorre da nossa impossibilidade de acesso não mediado à realidade, e um outro sentido mais político, em que o estereótipo consiste não somente em um esquema ou atalho para facilitar a apreensão da complexidade do real, mas em uma forma de representação estigmatizada, que impede o acesso a outros sentidos possíveis. Partindo do questionamento sobre o que é possível conhecer, o autor mapeou alguns fatores que afetam

a composição das compreensões do imaginário social, identificando a comunicação como um deles.

Os principais fatores que limitam o acesso aos fatos, segundo Lippmann seriam:

censuras artificiais, limitações do contato social, falta de tempo disponível para prestar atenção nos assuntos públicos, a distorção emergente devido aos eventos que precisam ser comprimidos em mensagens mais breves, a dificuldade de fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado, e finalmente o temor de encarar aqueles fatos que parecem ameaçar a rotina estabelecida das experiências humanas. (LIPPMANN, 2008, p.41)

As mensagens que chegam do exterior, a partir de todas essas limitações, são “afetadas pelas imagens arquivadas, os preconceitos e prejuízos que interpretam e preenchem e dirigem poderosamente o transcurso de nossa atenção e nossa visão” (idem, p.41). Lippmann, então examina como as limitadas mensagens do mundo exterior formam um padrão de estereótipos, que se identificam com interesses das pessoas à medida que elas as sentem e concebem; e como as opiniões se cristalizam naquilo que se chama de opinião pública, entendida como “aspiração nacional, mentalidade de grupo ou propósito social”, mas que na verdade é “fruto da ação de grupos de interessados ou de pessoas agindo em nome de grupos”. A opinião reconhecida como pública, então, seria o produto das opiniões tornadas públicas (publicadas), e não as opiniões surgidas do público.

Biroli (2011) também ressalta a importância de discutirmos as noções de mídia e estereótipos de maneira conjunta, já que esses últimos têm importante relevância para a reprodução e manutenção das noções de poder. O estereótipo guarda, em si, valores e julgamentos que se relacionam à ideologia, legitimando papéis e estamentos de uma ordem social definida. Para exemplificar:

A atribuição de capacidade diferenciada para o exercício de determinadas funções, dependendo do sexo, da cor, da origem social ou nacional dos indivíduos, as formas de dominação cultural, assim como a vulnerabilidade de alguns grupos à violência – aspectos certamente distintos da opressão, mas que podem sobrepor-se – são situações em que a compreensão estereotipada dos grupos sociais tem efeitos concretos sobre as oportunidades e restrições por eles experimentadas. (BIROLI, 2011, p. 79)

Não é possível abordar esses “atalhos cognitivos que participam dos exercícios de poder” (BIROLI, 2011, p. 75) da vivência e experiência pessoal dos seres sociais, já que essas representações baseadas em experiências prévias participam da composição de personalidade e molde de caráter. Assim, torna-se impossível dissociar essas dinâmicas da história dos indivíduos.

Diante desta conjuntura, a cultura jornalística, por vezes, reduz os lados apresentados nas narrativas a fim de simplificar ou se ajustar às limitações de espaço concedido aos casos. As simplificações podem ser feitas para facilitar a compreensão; para “efetivar a sagrada união” que cita Lippmann. A principal problemática desta estratégia é o fato de que ela pode condicionar uma interpretação que não considere a pluralidade de fatores envolvidos. Privilegiar uma visão em detrimento de outra e causar danos às parcelas tipificadas.

#### **4.2 O enquadramento e a associação com preconceitos de cor, classe e misoginia**

Assim como os estereótipos, o conceito de enquadramento é utilizado também para orientar valor e sentido às discussões. Esse conceito não tem uma definição precisa nem consensual entre os pesquisadores. O conceito de enquadramento se desenvolve a partir da teoria da agenda. Autores como Maxwell McCombs (2009) afirmam que o enquadramento é um “desdobramento natural” das pesquisas sobre agenda-setting, ‘mera continuidade’.

Para Robert M. Entman em *Framing: toward clarification of a fractured paradigm* (1993), enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover: uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento.

Erving Goffman, em *Framing Analysis* (1986), define enquadramentos como “princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nesses eventos”. Para Todd Gitlin, em *The whole world is watching*, (1980) enquadramentos são “padrões consistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”.

Segundo Luis Antonio Hangai (2012) o entendimento de Goffman do frame (quadro) como uma estrutura cognitiva empregada a fim de que se possa atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos, com o objetivo de ordenar as partes identificadas nas diversas situações vivenciadas e traduzi-las em conjuntos significantes diante da própria consciência, permite perceber como o enquadramento atua na condução na maneira como interpretamos nossa realidade circundante.

Assim, a principal questão para pensar o enquadramento é afastar a ideia da imparcialidade jornalística ideal e lidar com o fato de as reportagens não se apresentarem

como fatos inquestionáveis, mas sim como a visão de um determinado profissional ou veículo de comunicação. A escolha de palavras promove abordagens que moldam (enquadram) o acontecimento, destacando alguns aspectos e ocultando outros:

Quando o enquadramento se localiza no comunicador e/ou no texto, pode ocorrer de duas formas: uma “involuntária”, porque faz parte de uma subcultura, incorporada como natural e inevitável; a outra, fruto de deliberada decisão editorial daqueles em posição para exercer esse poder, nas redações dos diferentes meios. Decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas, serão (ou não) pautados ou se terão qualquer referência a seu respeito, tratadas de forma positiva ou negativa, enfatizadas ou “esvaziadas”. Desta forma, a noção de enquadramento é mais um importante instrumento na identificação do “alinhamento” dos conteúdos da mídia com o hegemônico (ou contra-hegemônico). (ALBINO, 2004, p. 18)

Enquadrar funciona como uma seleção que destaca e salienta determinados aspectos a fim de promover definições particulares do problema, interpretações causais e avaliações no campo da moral. A limitação desta análise de conteúdo é não se preocupar com o que ocorre fora dos textos e, com isso, não considerar outras camadas de sentidos não manifestos explicitamente.

Assim, quando à população negra é destinada a divulgação de histórias relacionadas à violência, ao exótico, à pobreza, apaga-se a perspectiva de uma pluralidade de outros acontecimentos e afirmam-se, também, intenções. O mesmo acontece quando às mulheres são destinadas as histórias de subjugação, sexualização.

#### **4.2.1 Traficantes**

Para discutir a representação das mulheres nas narrativas midiáticas sobre a guerra às drogas é preciso também levar em conta as interseções sobre raça, classe e gênero. Retomando os raciocínios desenvolvidos nos capítulos anteriores, encontramos construções que associam, historicamente, negros, pobres e criminalidade. Além do imaginário social que sexualiza ou pretere mulheres e tudo o que é lido como feminilidade.

Segundo Barcinski (2016), podemos notar um reducionismo nas narrativas acerca de mulheres atuantes no tráfico de drogas. As possibilidades são resumidas em dois polos: o de vítimas passivas e o de mulheres emancipadas. A colocação de que “o tráfico” usa mulheres é um exemplo, que exclui as mesmas de uma verdadeira composição ou integração. Os serviços que são utilizados, não são incorporados no imaginário do receptor.

Vontades ativas de violência geralmente não são relacionadas ou sequer consideradas quando as agentes são mulheres. Barcinski (2016) aponta a existência de uma transgressão por se romper um papel de gênero, porém em seus estudos, percebeu mulheres ainda submissas às vontades e comandos de homens em posição de chefia.

Nota-se uma multiplicidade de questões: se é sobre emancipação, por que uma mulher inserida na cadeia produtiva do tráfico não tem direito de decisão ou não encontra outras mulheres acima na hierarquia? E se é sobre passividade, abre espaço para vontades próprias e reações aos papéis de gênero impostos socialmente?

Em reportagem do Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, é noticiada uma operação do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) que objetivava prender criminosos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>27</sup>. A legenda que aparece logo no início da reportagem diz “Guerra contra o PCC - Mulheres usadas pela facção pelo tráfico”. No desenvolvimento da reportagem, é pontuado que essas mulheres atuavam na categoria de “boys” e a linguagem não criminalizou diretamente as envolvidas.

Ao pontuar pessoas que trabalham na cadeia de produção do tráfico como “usadas pela facção”, o noticiário não considera que aquelas mulheres fizeram uma escolha ativa, mas que foram cooptadas por uma rede masculina. Isso porque as características da leitura sobre a feminilidade não são compatíveis, a primeiro momento, com a roupagem do inimigo inescrupuloso que é associada aos traficantes. O programa se propõe a retratar o curioso, a exceção ardilosa e estratégica.

Em algumas reportagens observadas, a figura da mulher parece se encaixar mais na narrativa da vítima. Por outro lado, a glamourização e a sexualização também se fazem presentes. Em outra reportagem postada no canal do Youtube do programa, a reportagem “Conheça as rainhas do tráfico: mulheres belas a serviço do crime”<sup>28</sup>, tem como legenda “bandidas gatas - beleza a serviço do crime”. Esta ênfase à aparência das mulheres envolvidas no crime também é uma faceta comum das reportagens jornalísticas sobre o assunto.

Enquanto a narrativa é desenvolvida, fotos das mulheres em roupas curtas ou biquínis são exibidas no programa. Esse tipo de delimitação foi atribuído a três mulheres brancas com os cabelos tingidos de loiro ou loiro natural. A reportagem também classifica a vida das

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://videos.band.uol.com.br/16466076/mulheres-sao-usadas-pela-facciao-para-o-trafico.html> Acesso em 26 de novembro de 2018.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mUnREOJoP2M&feature=youtu.be> Acesso em 27 de novembro de 2018.

mulheres antes da cadeia, representando-as como possuidoras de dinheiro e joias, além de ressaltar viagens feitas por elas. A voz *em off* da repórter diz explicitamente, sem maiores justificativas, que o principal diferencial nas ações criminosas daquelas personagens é a beleza.

Na reportagem de título “Maioria das mulheres presas no Brasil tem ligação com o tráfico de drogas”<sup>29</sup>, há explicações por parte da jornalista que participa com a voz *em off*, enquanto são exibidas imagens, e do delegado Vinicius Domingos, entrevistado pelo Cidade Alerta em sua versão para o Rio de Janeiro, programa da emissora Bandeirantes. O âncora fornece um dado do Departamento Penitenciário Nacional de que, a cada 5 mulheres presas, 3 apresentam envolvimento na cadeia do tráfico de drogas e acrescenta que muitas dessas mulheres “utilizam a beleza para despistar a polícia”.

Na reportagem, que começa ressaltando a “beleza” das personagens, são exibidas fotos de 12 mulheres, das quais apenas 3 são negras – situação contrastada pela realidade do cárcere apontada pelo relatório Infopen Mulheres 2016, do Ministério da Justiça, que informa que 62% das encarceradas são negras. Um dos 12 casos apontados é justamente o de uma mulher descrita como “loira e de boa aparência”.

O delegado consultado para a matéria afirma que as mulheres assumem funções administrativas da facção pelo fato de serem, “por uma questão de excelência”, mais organizadas. Outro aspecto ressaltado por ele na reportagem é que a presença dessas mulheres em posições de destaque é condicionada pela prisão, anterior, de um homem ao qual elas são ligadas “Traficantes homens quando são presos procuram por alguém de sua confiança para continuar os negócios: esposas, mães, entes familiares”.

O entrevistado também diz, com naturalidade, que “a mulher, por uma questão de costume, não é alvo da polícia. Normalmente a polícia vê mais o sexo masculino na questão do tráfico. Mesmo as mulheres que não são esposas de traficantes de alta hierarquia estão sendo utilizadas, por uma questão de confiança, para fazer esse transporte de drogas, de munição, para levar dinheiro para depósito”. Fala que demarca um papel de submissão das mulheres no tráfico, já que elas não são alvo e nem encaradas como o problema em si, mas “são utilizadas”.

Dentro do sistema usualmente adotado pelo tráfico, o transporte das substâncias ilícitas, ou de munição, fica a cargo das populares “mulas” – substantivo feminino,

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/maioria-das-mulheres-presas-no-brasil-tem-ligacao-com-o-trafico-de-drogas-01062018>. Acesso em 18 de junho de 2019.

correspondente ao nome do animal híbrido que é geralmente utilizado para o transporte de cargas. Trata-se de uma posição subalterna, que lida com grandes riscos, desvalorizada na cadeia de produção e precariamente remunerada<sup>30</sup>.

Depois do processo de reificação ocorrido com frequência no recrutamento para o tráfico de drogas, o cargo das mulas é normalmente destinado a mulheres, sejam elas cisgênero ou transgênero. Estas últimas, que enfrentam processos de exclusão social específicos, recebem também tratamentos inadequados por parte da mídia. Na reportagem “Travesti é presa transportando droga para o Rio de Janeiro”<sup>31</sup>, veiculada pelo programa Cidade Alerta, por mais que a plataforma on-line e o apresentador tratem a personagem identificada como travesti pelo nome de Paola, a jornalista por várias vezes se referiu a ela por seu nome de batismo e com pronomes de tratamento no masculino, demonstrando, no mínimo, despreparo.

Em um outro âmbito de representações, o da esfera da glamourização, há a presença significativa da personagem fictícia Bibi Perigosa, interpretada por Juliana Paes na novela A Força do Querer, exibida no horário de maior audiência da TV Globo. A personagem foi inspirada na história real de Fabiana Escobar e no relacionamento que ela teve com Saulo de Sá da Silva, conhecido como Barão do Pó. A trama da personagem foi frequentemente marcada pela presença do parceiro.

A subjetividade de Bibi teve como base de sua construção a vontade de provar seu amor, além de acessos psicóticos. A figura da ostentação esteve muito presente enquanto ela carregou o título de “primeira-dama do morro”, sendo uma das cenas mais marcantes um mergulho numa pilha de dinheiro. O imaginário popular aceita a categorização “mulher de bandido” com facilidade, reforçando narrativas sobre mulheres interesseiras e materialistas.

A novela também retratou um elemento de valorização ressaltado nas entrevistas realizadas por Barcinski (2016): a potência de subjugar outras mulheres. A personagem tinha como principal inimiga uma outra mulher que era vista como ameaça ao relacionamento de Bibi – que diversas vezes utilizou de violência e de seu status para humilhar a personagem da atriz Carla Diaz, a Carine.

A principal hipótese levantada pela professora Mariana Barcinski é sobre a vontade de querer emular comportamentos masculinos; tentar ocupar o exato lugar do opressor que

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/mulas-vitimas-do-traffic-e-da-lei/>. Acesso em 18 de junho de 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/cidade-alerta/videos/travesti-e-presa-transportando-droga-para-o-rio-de-janeiro-03072017>. Acesso em 18 de junho de 2019.



se impõe pela força. Outra hipótese que podemos ter em vista na busca da compreensão destas relações diz respeito à ascensão na competição feminina – marca do papel de gênero que busca aprovação do sexo oposto. Ora, na narrativa em que o homem ocupa o centro do grupo social, o poder vem ao conquistar o respeito e a atenção por meio do domínio de outras “competidoras”.

#### 4.2.2 Usuárias

As cenas reproduzidas tanto pelo jornalismo quanto pela ficção mudam a ótica quando retratam mulheres usuárias de drogas. O programa *Balanço Geral*, de São Paulo, noticiou o esfaqueamento de uma jovem usuária de crack<sup>32</sup>. O apresentador iniciou o programa ressaltando que Carolina já tinha sido internada 70 vezes, e o primeiro comentário feito sobre o caso é que a dependente química deveria parar de usar drogas. Depois, a tela foi dividida com uma foto que mostrava a época de sua saída da clínica, com um sorriso no rosto ao lado de uma outra imagem que o apresentador descreve como “caída no mundo das drogas” com as cicatrizes das facadas.

É visível o esforço do programa em retratá-la como incapaz de decidir por si e categorizá-la como desviante, opondo sua imagem sóbria à fotografia ferida, o que de alguma forma também a culpabiliza pelos ferimentos sofridos. O sensacionalismo e a ética são questões para reflexão, já que as imagens da usuária que foram veiculadas na reportagem foram feitas ainda sob efeito do que ela havia consumido, com suas posturas alteradas.

Sobre as mulheres transgênero, a reportagem do portal G1 sobre Maria Clara de Sena<sup>33</sup> ilustra um retrato comum desta população: a falta de oportunidade que conduz à prostituição e ao uso de drogas. O documento *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*, aponta as substâncias psicoativas como inimigas, “Outro grande inimigo que se destaca na comunidade dos jovens trans é o uso das drogas (deprimidos, frustrados e cansados pelas inúmeras perseguições sociais)” (2015, p.12). O inimigo pontuado pela frase, neste momento específico, não questiona o sistema que deprime, frustra, cansa e persegue, mas pontua as drogas como um inimigo ativo.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSA-7KRnR4A&feature=youtu.be> Acesso em 26 de novembro de 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/06/22/apos-sofrer-ameacas-por-ser-trans-pernambucana-luta-no-canada-pelos-direitos-lgbt.ghtml>. Acesso em 10 de junho de 2019.

No programa Superpop, da Rede TV, a jovem trans, Alessandra, reclama de ser associada a drogas, prostituição e marginalidade. Ela classifica, em tom de lamentação, essas questões relacionadas como “tudo o que existe de ruim”. A reportagem<sup>34</sup> é definida, inclusive pela apresentadora do programa, na chamada, com a expressão facial retorcida, como “não é legal não”. A música de fundo é dramática, a matéria é sobre dificuldades e a relação da mulher com as drogas, universalizadas, não é o foco, mas estas aparecem para reforçar a descrição da exclusão social, dos períodos difíceis e negativos.

Observando um outro caso, agora de representação na área ficcional, em entrevista para o jornal O Globo, a atriz Grazi Massafera e o diretor Mauro Mendonça Filho falaram sobre os bastidores da criação de um papel para a telenovela Verdades Secretas: a personagem Larissa, que depois de sofrer com o declínio da carreira de modelo e ser prostituída para sustentar a si e à mãe, envolve-se com crack. Denominada “Viciada em crack, personagem de Grazi Massafera vai virar mendiga e roubar nas ruas em ‘Verdades secretas’”, a reportagem contém trechos como “Parei de tomar sol, pintar o cabelo e malhar” por parte da atriz, além de “Queria que ela ficasse esquelética. Ela não pode comer. Ela vai virar aquele zumbi, chegar no fundo do poço, ser destruída pela droga”.

Uma outra representação vinculada pela Rede Globo foi a da personagem Mel, em O Clone – novela exibida em 2002. As representações dos papéis interpretados por Débora Falabella e o círculo social eram caricaturais e foram analisados como exagerados por alguns profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise. Um deles foi o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, diretor do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proad), da Universidade Federal de São Paulo. Em entrevista para a revista IstoÉ Gente em abril. O psiquiatra, que foi consultado pela autora Glória Perez, ficou decepcionado com a maneira com que a questão foi retratada. “Para ele, a autora errou a mão ao retratar personagens extremos e distantes da vida real da maioria dos que usam maconha, álcool e cocaína. Em trechos da entrevista diz que o grande risco foi cair no estereótipo”<sup>35</sup>.

Um dos perigos de representações minoritárias como comuns é, para o psicólogo Wiliam Peres, que o espectador médio, por exemplo, pais que encontram ou descobrem filhos consumindo drogas e vivenciam uma situação de desespero, de alarme, podem projetar

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/somos-associadas-a-prostituicao-drogas-e-marginalidade-diz-mulher-trans>. Acesso em 10 de junho de 2019.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/as-drogas-na-vida-real-401001.html>. Acesso em 18 de junho de 2019.

seus filhos nos personagens que lhe chegaram ao alcance; conferindo ao problema uma superdimensão<sup>36</sup>.

A aparência parece ser tema recorrente nas narrativas midiáticas sobre mulheres e drogas. Seja para ressaltar vaidade ou a falta dela, sexualizá-las ou comentar sobre vestimentas, os corpos das mulheres, ao contrário das narrativas sobre o sexo oposto, são sempre uma questão tratada com relevância noticiosa pela grande mídia.

As “drogas”, as condutas e posturas “causadas por elas” e o “consequente dano que seu uso traz para a aparência” são, mais uma vez, universalizados como se houvesse uma maneira de reunir substâncias tão distintas, de efeitos igualmente distintos, em uma categoria de danos. As usuárias podem, usualmente, carregar um estigma em suas retratações que as represente como criminosas e: “feias”, ou desleixadas.

#### 4.2.3 Mães

Narrativas sobre maternidade constituem parte importante e necessária para a discussão sobre a representação de mulheres, já que fazem parte da trajetória que o imaginário social normalmente espera delas. Para pensar criticamente o assunto:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 1970, p.79)

Após as divisões sexuais do trabalho, às mulheres destinam-se majoritariamente as funções relativas à manutenção do ambiente tradicional do lar. Na contemporaneidade, discute-se a carga das jornadas de trabalho acumuladas, que mesmo que trabalhem fora, ainda são responsabilizadas por limpeza, alimentação e atenção às pessoas que com elas dividirem a casa.

No entanto, mesmo que, socialmente, a questão seja tratada não só como essencial, mas como vocacional, a pressão sobre as escolhas das mulheres não se restringe à reprodução. A maneira com que se portam ou que criam seus filhos sempre está sujeita a opiniões, revisões e questionamentos:

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/as-drogas-na-vida-real-401001.html>. Acesso em 18 de junho de 2019.

O fato biológico de dar à luz, por exemplo, é usado para sugerir que a mulher faz algo instintivo e, portanto, sabe como ser mãe, ou melhor, como exercer uma certa maternagem. Contraditoriamente, as mesmas mães (e todas nós) são (somos) inundadas de reportagens que não apenas ensinam como devem cuidar dos filhos, mas que também buscam atentar para certos requisitos indispensáveis para que elas se tornem boas mães. (MARCELLO, 2003, p. 24)

Muitas vezes, a mídia funciona como porta-voz destes tutoriais maternais. São questões, nos programas que têm mulheres como um de seus públicos alvos, maneiras de “cuidar e tratar de seu filho (sem deixar de lado o corpo, a casa, o marido, as relações afetivas e o trabalho)” (MARCELLO, 2003, p. 25). Com o estabelecimento das condutas admiráveis e as relações com os valores cristãos referentes à Nossa Senhora, exemplo de mãe cultuado nas sociedades ocidentais eurocêntricas, são também traçadas as condutas reprováveis.

As mães que vivenciam o tráfico de entorpecentes não estão imunes a estas construções e influências aqui desenvolvidas. Sejam elas as que traficam para sustentar os filhos e são criminalizadas, as que veem seus filhos encarcerados e carregam o estigma da falha, as que lamentam as perdas de seus filhos, ou ainda as que assumem negócios de seus filhos ou são responsabilizadas pelas ações deles.

Das dificuldades enfrentadas, o encarceramento se faz presente também nesta questão. Segundo dados do Depen, 9.245 mulheres, entre lactantes e mães de filhos portadores de deficiência, poderiam estar soltas no país. Em novembro de 2018, juízes relutaram em conceder prisão domiciliar a presas<sup>37</sup>, mesmo com a decisão do STF em favorecer as mulheres em prisões preventivas que estiverem grávidas ou tenham filhos até 12 anos.

Estas mães são personagens comuns na guerra às drogas; suas lágrimas e desespero frequentemente estampam as capas de impressos e têm presença garantida nos noticiários. A mãe de Carolina<sup>38</sup>, citada no subcapítulo que desenvolveu brevemente o estereótipo das usuárias, é um exemplo; apareceu em rede nacional enfraquecida, deprimida e dizendo palavras de desesperança. Já a mãe retratada pelo programa Plantão de Polícia em 2015 chorou alto durante toda a sua aparição, enquanto o repórter permaneceu ao lado dela fazendo perguntas como “a senhora chora porque é o seu filho, não é?”, em uma nítida tentativa de espetacularizar o sofrimento para a programação.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-direito-pena-domiciliar-9245-maes-estao-presas-diz-depen-23228361> Acesso em 26 de novembro de 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWL3TAipfY0&feature=youtu.be> Acesso em 26 de novembro de 2018.

Na reportagem já analisada anteriormente, “Maioria das mulheres presas no Brasil tem ligação com o tráfico de drogas”<sup>39</sup>, o início da narrativa é marcado pela construção das personagens abordadas. “Elas são vaidosas, gostam de posar pra fotos, muitas têm filhos, mas não se engane, essas mulheres são traficantes”. Aqui, a pausa utilizada pela jornalista, intercalando os trechos “mas não se engane” e “essas mulheres são traficantes”, em conjunto com a escolha de palavras para construir a frase e a entonação utilizada, transmite a ideia de uma relação de oposição entre as características de valorização da aparência e maternidade com a conduta criminal.

No decorrer da reportagem, a jornalista e o delegado entrevistado também ressaltam o fato de Monique, traficante retratada na matéria, “não satisfeita por ser mulher e chamar menos a atenção” também “fazer o transporte de drogas [...] utilizando-se do filho, uma criança de colo”. Ao romper as expectativas sociais de enaltecimento, a criminalização e a desumanização são as formas de ataque pessoal escolhidas para a representação.

Mais um caso a ser analisado é o de uma entrevista feita pelo programa Brasil Urgente, em maio de 2017, com a família de uma usuária de drogas. A principal temática abordada foi o abandono de seus quatro filhos<sup>40</sup>. Durante a reportagem, a usuária foi comparada várias vezes à própria mãe que foi utilizada como uma figura exemplar. Imagens de uma entrevista no estilo “povo fala” foram exibidas juntamente a frases que dizem que a moça não é, realmente, uma mãe e que, portanto, não merece ter o filho que abandonou de volta. Mais uma vez, é possível observar a manutenção dos estereótipos acerca de maternidade e uso de drogas.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/maioria-das-mulheres-presas-no-brasil-tem-ligacao-com-o-trafico-de-drogas-01062018>. Acesso em 18 de junho de 2019.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16207482/usuaria-de-drogas-ja-teria-abandonado-quatro-filhos> Acesso em 26 de novembro de 2018.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tratar de entes constantemente marginalizados na sociedade judaico-cristã ocidental como as mulheres e as substâncias, atualmente ilícitas, popularmente e cientificamente nomeadas como drogas, fez-se necessário refletir sobre situações que podem ter constituído a gênese de processos relevantes para a questão. A escolha do trabalho em pontuar esses processos se deu a fim de pensar alguns entendimentos manifestados pelo, assim chamado, senso comum.

Como a comunicação não se constitui enquanto uma área blindada das interferências sociais, investigar a formação das compreensões foi compreendido como imprescindível para pensar como são formuladas as representações no campo comunicacional. O jornalista, assim como os políticos, os médicos, os religiosos, os agentes policiais e quaisquer outros profissionais e civis, está sujeito às influências do meio em que vive na construção de suas percepções.

Por meio de breves apresentações de diferenciados contextos geográficos e históricos, foram apresentados marcos que construíram um caminho lógico até as representações adotadas e propagadas nos dias de hoje. Foram apontados rótulos negativos e demonizados relacionados a símbolos femininos e naturais, que subverteram potências, no decorrer do tempo.

Por não visarem se enquadrar um estudo único de caso, os temas, reconhecidos como complexos, foram discutidos de maneira ampla, comprometendo-se com os recortes escolhidos para pensar a composição de imagens de uma parcela das mulheres na sociedade. Parcela esta que está sujeita a violências e abusos que variam conforme suas especificidades. As perseguições e repressões relacionam-se variando, dependendo das particularidades de raça, classe e gênero envolvidas.

Ainda que as reflexões planejadas tenham sido explicitadas, não é pretensão demonstrar que a questão central do trabalho esteja encerrada, já que esta abrange muitas outras possibilidades de inferências e suscita uma infinidade de questões. Os conceitos principais, como mídia, socialização, representações, gênero, questão de drogas, violência, legislação, medicina, religião e sistemas econômicos, possuem diferentes vieses de abordagem ou opiniões, extensas bibliografias e produção de conhecimento.

É possível pensar em outras escolhas narrativas pertinentes para a discussão aqui suscitada, como o estudo sobre as vítimas. Um exemplo de perspectiva a ser desenvolvida é

a do lugar da vítima. São questões: que mulheres são compreendidas como vítimas da guerra às drogas, que grupo social possui permissão para carregar tal rótulo e como este lugar se constitui como um terreno de disputa na contemporaneidade.

Para pensar as conexões de gênero, é válido ressaltar a importância de estudos específicos sobre a relação da população de transgêneros com as substâncias psicoativas, procurar e investigar a existência de representações diferentes das usualmente noticiadas – as que têm relação com o tráfico de psicoativos, prostituição e usuárias marginalizadas.

Outra ramificação possível de pensar é a transcendência. As relações entre as drogas e as religiões têm grande relevância. No país, é possível pensar sobre a influência e o trabalho desempenhado pelas pastorais carcerárias, as conexões das igrejas neopentecostais com o tráfico, a projeção do mal na figura dos usuários e dos envolvidos com o transporte e a comercialização dos entorpecentes.

Sem dúvida, os assuntos apresentam inúmeras outras possibilidades de estudos futuros no campo comunicacional, e não somente nele. Dentro de escolhas narrativas, recortes bibliográficos, tempo para dedicação, espaço e informações disponíveis, o presente estudo objetiva fomentar ponderações e denunciar e questionar marginalizações sistêmicas por ele anteriormente citadas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A 13ª Emenda. Direção de Ava DuVernay. Los Angeles: Kandoo Films, 2016. (100 min).

ANDI, ALANA, INTERVOZES. A publicidade como estratégia de financiamento dos programas policiaiscos. 2016.

BARCINSKI, Mariana, CÚNICO, Sabrina D. “Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino”. Revista Civitas, v. 16, n. 1, Porto Alegre, p. 59-70, 2016.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BARRETO, Ivan Farias. “O uso da folha de coca em comunidades tradicionais: perspectivas em saúde, sociedade e cultura”. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 20, n.2, Rio de Janeiro, p. 627-641, 2013.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.

BECKER, Beatriz. “Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais”. Revista Matrizes, ano 5, n. 2, São Paulo, p. 231-250, 2012.

BIROLI, Flávia. “Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, Brasília, p. 71-98, 2011.

CANDIA, Antônio Paredes. *Leyendas de Bolivia*. Texas: Editorial Los Amigos del Libro, 1975.

CARDOSO, Matêus Ramos. “O desencantamento do mundo segundo Max Weber”. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias, v. 1, n. 2, 2014.

CARDOSO FILHO, Jorge Luiz Cunha. “Cultivo mediático e suas consequências: um problema e duas propostas para análise de efeitos dos media”. Revista Contemporânea, v. 5, n. 1 e 2, 2007.

COELHO, Luís Carlos Honório de Valois; SHECAIRA, Sérgio Salomão. *O direito penal da guerra às drogas*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. “Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista”. Revista de Estudos Feministas, v. 23, n. 3, Florianópolis, p. 761-778, 2015.

DE SOUZA, Ana Clara Telles C. “A ‘guerra às drogas’ a partir de lentes feministas: interseções teóricas possíveis”. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, p. 77-88, 2015.

DOS SANTOS, Suzy. “E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras”. E-Compós, v. 7, n. 11, 2006.

ENTMAN, Robert M. “Framing: Toward clarification of a fractured paradigm”. Journal of communication, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

EVANGELISTA, Nola. *Tekin' Women a 4,000-Year Herstory*. Berkeley: Regent Press, 2016.



- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- FREDERICI, Silva. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- HANGAI, Luis Antonio. “A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação”. *Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 3, Paraná, 2012.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARCELLO, Fabiana de Amorim. “Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas”. *Educar em Revista*, n. 26, p. 01-18, 2005.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa: *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- OLMO, Rosa Del. *A Face Oculta das Drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. Tradução: Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 69-82, 1993.
- RIBEIRO, Sidarta, MALCHER-LOPES, Renato. *Maconha, cérebro e saúde*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.
- RODRIGUES, Márcia Cristina. *Malleus Maleficarum: a bruxaria como afirmação do poder espiritual*. In: Encontro do GT nacional de História das Religiões e Entidades Religiosas, Paraná, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Comunicação e Política - conceitos e abordagens*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - Edufba e Fundação Editora UNESP, 2004.
- SALLORENZO, Letícia. *Gramática da Manipulação: como os jornais trabalham manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.
- SCOTT, Joan W. “Usos e abusos do gênero”. *Projeto História*, n. 45, São Paulo, p. 327-351, 2012.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.